



**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**

SECRETARIA GERAL PARLAMENTAR
Secretaria de Registro Parlamentar e Revisão

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E LEGISLAÇÃO
PARTICIPATIVA**

PRESIDENTE: PROF. TONINHO VESPOLI

TIPO DA REUNIÃO: AUDIÊNCIA PÚBLICA

LOCAL: Câmara Municipal de São Paulo

DATA: 15/07/2021

OBSERVAÇÕES:

- Notas taquigráficas sem revisão
- Orador não identificado
- Qualidade de som incompatível com a transcrição
- Intervenção simultânea ininteligível/inaudível

O SR. PRESIDENTE (Professor Toninho Vespoli) - Bom dia a todos e a todas.

Declaro abertos os trabalhos da 10ª audiência pública da Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa do ano de 2021.

Informo que essa audiência pública está sendo transmitida no *site* e no canal do YouTube da Câmara Municipal de São Paulo. Informo ainda que a realização desta audiência pública vem sendo divulgada no *Diário Oficial da Cidade de São Paulo* desde 09 de julho.

Esta audiência pública foi convocada em atendimento ao Requerimento CCJ nº 07/2021, de autoria do Vereador Professor Toninho Vespoli; e Requerimento 06/2021, do Vereador Arnaldo Faria de Sá, e tem como objetivo discutir os impactos da possível aprovação da Proposta da Emenda Constitucional nº 32/2020 (PEC da Reforma Administrativa), no Município de São Paulo.

Como há mais de 25 entidades para falar nesta audiência pública, além da sociedade civil, adotamos o seguinte critério: quem está mais envolvido, ou seja, os Parlamentares que estão discutindo efetivamente o projeto e os especialistas terão uma fala de cinco minutos, e as entidades terão uma fala de três minutos.

Tem a palavra o Sr. Fabio Augusto Junior, do DIEESE.

O SR. FABIO AUGUSTO JUNIOR – Gostaria de agradecer o convite em nome do DIEESE, saudar todos nessa audiência pública da Câmara dos Vereadores de São Paulo, cujo tema é tão importante; Vereador Toninho, Vereador Claudio Fonseca, e todos os parlamentares presentes.

Tenho cinco minutos para falar de uma reforma que, na verdade, não é administrativa, é uma reforma de Estado. A gente vem debatendo isso desde que o Governo encaminhou a PEC 32 para o Congresso Nacional e o principal debate que a gente tem tentado travar com a sociedade, que é importante, é que, quando a gente está falando da chamada PEC 32, a gente não se refere a uma mudança da estrutura de governança do Estado, da lógica dos Ministérios, como é muito comum quando se fala em reforma administrativa, seja no Estado, seja no Município, seja no Governo Federal. A proposta atual

altera substancialmente o conceito de Estado Brasileiro, ela amplia a participação da iniciativa privada para dentro do Estado, cria mecanismos de relação entre o Estado e o setor privado, um claro movimento de transferência do fundo público para a iniciativa privada.

Nós, da cidade de São Paulo, conhecemos bem isso, porque vivemos a experiência do PAS na época da gestão do Prefeito Paulo Maluf; e o que está previsto, do ponto de vista da transferência e da relação entre o setor público e o setor privado, é uma espécie de constitucionalização do PAS, que vivemos na Cidade e vimos as consequências desse processo de transferência do setor público para o setor privado.

Na outra ponta, a reforma vai diretamente impactar a relação entre os poderes, uma vez que o Estado, a partir dessa reforma, passa a ter como definidor da sua estrutura o Poder Executivo, já que transfere ao poder Executivo a tarefa de definir um ministério, uma autarquia, as estruturas de Estado; e isso rompe o conceito de visão dos poderes.

É bom lembrar que, dentro da lógica das divisões dos poderes, cabe ao Legislativo definir o que é o Estado e cabe ao Executivo gerir esse Estado. E a PEC propõe que o Executivo tenha poder discricionário para isso; ou seja, através de decreto, ele poderá alterar as estruturas do Estado sem fazer o debate com a sociedade na Casa do Povo; no âmbito da União, Estados e Municípios.

Com isso, a gente chega ao miolo da reforma, que atingirá os servidores públicos: os futuros servidores da ativa e os aposentados, apesar de o Governo dizer que não.

Primeiro, porque a reforma vai criar vínculos rotativos dentro do Estado: se propõe que o Estado tenha a possibilidade de fazer rotatividade, porque ele cria um vínculo com prazo determinado, cria o vínculo de experiência, amplia a possibilidade de utilização dos cargos em comissão e acaba com a estabilidade do servidor público, em geral, e mantendo a estabilidade só para um conjunto que eles chamam de categorias típicas de Estado.

Eu quero chamar a atenção que, inclusive, a PEC altera o conceito de função pública, substituindo o termo “função” do art.37 para “vínculo empregatício”, estabelecendo uma conexão com a legislação do setor privado. Então, os servidores novos ingressarão

nessas novas formas de contratação.

Na outra ponta, para os servidores ativos, haverá impacto no conjunto de averbações e na simplificação dos processos, tanto de avaliação de desempenho, como de processo administrativo para fim de perda do cargo; o que significa que, na prática, haverá uma interferência muito maior do Poder na capacidade e na possibilidade de demissão do servidor público da ativa.

Além disso, a proposta encaminha que os novos vínculos estejam vinculados a inspeções de Estados e Municípios com regime geral de previdência, o que inevitavelmente vai levar a um desequilíbrio dos regimes próprios de previdência, como o Sampaprev. Isso significa contribuição complementar, que vai impactar aposentados e ativos.

Por fim, é bom para lembrar que, quando muda uma estrutura de cargos, acaba com a ideia de função pública e cria a ideia de vínculo empregatício, quebra a possibilidade da manutenção da ideia de paridade, que é algo que a gente conquistou como direito na reforma de 2003 da previdência e na reforma de 2019.

É importante dizer nesta audiência pública que não seria afetado, mas a população em geral, uma vez que há uma desconstrução do Estado, um questionamento do Estado, do que a Constituição conseguiu do Estado Democrático e Social; então, de alguma forma, a gente vai ver o encolhimento das ações sociais.

As mudanças de vínculo incidirão principalmente nas carreiras dos direitos sociais: saúde, educação, assistência social, previdência, que serão fortemente afetadas em cima de um conjunto de inverdades que vêm se afirmando: que o servidor público é privilegiado, que o servidor público ganha muito; e a gente sabe que isso não é verdade, porque, por exemplo, metade dos servidores públicos no Brasil estão nos municípios e tem uma renda média de dois salários-mínimos. Se esse é o privilégio, a gente vai compreendendo o privilégio que se entende no atual Governo: que ter direito parece ser uma forma de privilégio.

Para finalizar, a reforma administrativa é nada mais que uma reforma de Estado, e precisa ser combatida, porque o Estado que surgirá certamente será muito mais frágil do que o

Estado que está ali e a possibilidade de consecução dos direitos sociais será muito simplificada, muito dificultada; e inevitavelmente a transferência do chamado fundo público no setor público para o setor privado.

Nós, do DIEESE, estamos trabalhando muito nessa reforma, prestando assessoria, divulgando matérias, e boa parte daquilo que a gente vem produzindo está na nossa página, www.dieese.org.br no ícone “reforma administrativa”.

Mais uma vez, agradeço a todos, cumprimento novamente os nobres Vereadores e nos colocamos à disposição.

O SR. PRESIDENTE (Professor Toninho Vespoli) – Obrigado, Sr. Fabio pela sua contribuição.

Tem a palavra a Sra. Maria Lucia Fattorelli, Coordenadora Nacional da Auditoria Cidadã da Dívida.

A SRA. MARIA LUCIA FATTORELLI - Bom dia, agradeço a oportunidade de estar participando desta audiência da Câmara Municipal de São Paulo, onde eu já tive a honra de estar presencialmente algumas vezes discutindo a reforma da Previdência e outros temas. Agradeço especialmente ao Vereador Toninho Vespoli pelo requerimento.

Quero cumprimentar o meu querido amigo de longa data, Vereador Arnaldo Faria de Sá, que embora esteja fazendo muita falta na Câmara dos Deputados está atuando muito bem em São Paulo. Cumprimento também o Vereador Carlos Giannazi e o Presidente Carlos Bezerra Jr., que me encaminhou o convite.

Eu cheguei a marcar uma apresentação, que vou encaminhar depois para ficar nos Anais da Câmara, também para que as entidades acessem e aproveitem a compilação de dados nas suas lutas contra essa PEC 32, que de fato não é uma reforma, é uma destruição da estrutura de Estado.

Nós precisamos de uma reforma para melhorar o que já existe, que já tem prestado um serviço à sociedade, mas que precisa ter vários pontos aprimorados, precisa de mais investimentos e tudo mais.

Essa PEC 32 não traz uma reforma para melhorar o que precisa, ela destrói o que já temos e a sociedade será a maior prejudicada com essa reforma. A grande mídia fica atacando os servidores públicos como se o problema das contas públicas estivesse no gasto com servidores, como se essa PEC 32 viesse solucionar alguma coisa.

Então, é preciso que a sociedade acorde a tempo, porque ela será a maior prejudicada, nós estamos correndo risco do fim do serviço público gratuito, universal, garantido na Constituição Federal, porque essa PEC 32 aponta para a privatização e terceirização generalizadas e extinção de carreiras. Isso mesmo, no art.37 tem um golpe, um compartilhamento.

Olha que palavra disfarçada: um compartilhamento com o setor privado. O que significa isso? Significa que o servidor público, a servidora pública, pode chegar um dia para trabalhar em sua repartição e dar de cara com uma pessoa terceirizada, ganhando provavelmente um salário-mínimo, sem preparo, sem treinamento para prestar serviço ao público.

É a sociedade que vai optar pelo que ela quer: o servidor concursado, selecionado, preparado, comprometido com o Estado; ou aquela pessoa terceirizada, explorada, que será colocada ali devendo favor a quem a nomeou?

É por isso que a gente fala que essa é a “PEC das rachadinhas”, porque é um projeto conectado com o desmonte do Estado, com grandes negócios privados e desvio de recursos públicos, do orçamento público, para beneficiar negócios privados que, muitas vezes, visam apenas ao lucro e não estão nem aí para prestar o serviço que a sociedade precisa.

O DIEESE já adiantou os principais pontos dessa reforma que traz dados distorcidos apresentados pelo Banco Mundial na sua justificação, que inclusive a Auditoria Cidadã fez uma carta aberta, que conta com apoio de mais de 130 entidades: o risco desse compartilhamento de serviços públicos, as chefias poderão ser ocupadas por qualquer pessoa de fora da carreira, danos, a perda da estabilidade, o regime jurídico único e as carreiras. Tudo isso está em risco e, como eu falei, a principal prejudicada será a sociedade brasileira.

E o rombo das contas públicas não está aí. O rombo das contas públicas de São Paulo, essa grande contribuição que a Auditoria Cidadã quer trazer para esse debate, é a questão da dívida refinanciada pela União no ano 2000, uma dívida que, de cara, deveria ser anulada, porque ela tem uma origem fraudulenta, comprovada em diversas investigações da Câmara Municipal, da Assembleia Legislativa de São Paulo e do Senado na CPI dos Precatórios que resultaram em condenações e tudo mais.

Foi aquele esquema da emissão de títulos, na época do Maluf e do Pitta, com deságio, com desconto, de quase 50%.

Depois desse lançamento com desconto, vinha uma série de vendas sucessivas, cada uma ganhando um pouco, de forma que dezenas de entidades financeiras ganhavam. Esse processo se chamava cadeia da felicidade, com omissão flagrante do Banco Central.

O que aconteceu com essa dívida nula investigada e condenada? Em maio de 2000, o Governo Federal refinanciou 11,200 bilhões. O Município de São Paulo pagou, nesses 20 anos, até 2020, 39 bilhões à União.

Vejam bem, refinanciaram 11,200 bilhões, em 2000, em 20 anos o Município de São Paulo pagou 39 bilhões – olhem só o rombo do orçamento do Município – e ainda deve 26 bilhões.

Além disso, o Município de São Paulo perdeu com o ressarcimento a menor da Lei Kandir – essa lei tem isenção de ICMS, é um tributo estadual, mas uma parte do ICMS vai para cada município – que deu uma isenção e o Governo Federal ficou de ressarcir. Só que ressarciu muito menos do que deveria.

O Município de São Paulo teve uma perda, nesses últimos 20 anos, de cerca de 6 bilhões de reais. É uma estimativa, porque os dados não estão claramente disponíveis, mas se trata de estimativa baseada em dados oficiais e relatórios do Município de São Paulo e do Estado de São Paulo na distribuição dos recursos.

O SR. PRESIDENTE (Professor Toninho Vespoli) – Maria, você pode concluir, por favor.

A SRA. MARIA LUCIA FATTORELLI - Vou concluir. Eu queria contribuir para este debate, além de toda problemática que está na própria PEC-32, denunciada na carta aberta e interpelação aos deputados e senadores, tem a questão de onde está o rombo das contas públicas?

As entidades que estão lutando contra a PEC precisam usar esses dados como contraponto, porque o problema está nessa dívida fraudulenta nunca auditada que precisa ser enfrentado. Nós precisamos enfrentar esse sistema da dívida.

Essa é a contribuição que a Auditoria Cidadã quer deixar, além dos mecanismos que fabricaram a crise, a partir de 2014, mecanismos de política monetária do Banco Central e essa crise tem sido a justificativa também para esse desmonte que está materializado nessa PEC-32.

Muito grata pela oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (Professor Toninho Vespoli) – Obrigado, Maria Fattorelli, sempre vou lembrar da sua ida na Vila Industrial para tratar sobre a dívida com a população. Fico até constrangido de podar o tempo de tantas pessoas que têm muito a contribuir, mas eu tenho de fazer esse papel, senão a gente não vai conseguir acabar esta audiência hoje.

A SRA. MARIA LUCIA FATTORELLI - Com certeza. Vou enviar a apresentação completa, o senhor pode divulgar.

O SR. PRESIDENTE (Professor Toninho Vespoli) – Muito obrigado. Assim a gente pode transmitir para as pessoas que estão participando da audiência. Obrigado.

Arnaldo, eu estava pensando em chamar os deputados federais e o Vladimir e você falaria depois. Está bem ou você prefere falar agora?

O SR. FARIA SÁ – Pode chamar, eu espero. Não tem problema.

O SR. PRESIDENTE (Professor Toninho Vespoli) – O próximo orador é o Deputado Federal Ivan Valente, que está na linha de frente da discussão deste tema, no Congresso Nacional.

O SR. IVAN VALENTE – Bom dia, Toninho Vespoli, Fattorelli, Arnaldo Faria, bom

dia aos que nos acompanham.

Eu queria saber quanto tempo eu tenho para fazer essa fala, para poder me situar melhor.

O SR. PRESIDENTE (Professor Toninho Vespoli) – Cinco minutos.

O SR. IVAN VALENTE – Cinco minutos. Vamos lá, então.

Primeiro quero dizer, dando um bom dia a todos, que essa reforma faz parte de uma sequência de desmonte do Estado brasileiro, de desvalorização do serviço público, do encolhimento total do Estado a serviço do mercado.

Ou seja, nós tivemos a reforma da Previdência, da Trabalhista, nós temos uma lógica privatizante, agora tem a reforma administrativa e o próximo passo é a desvinculação de verbas para a saúde e para a educação. Tudo isso está baseado no chamado teto de gastos, ou seja, nós queremos um Estado apenas para servir a uma pequena elite e mostrar serviço para o capital financeiro.

O Paulo Guedes nunca falou qual é o impacto financeiro dessa reforma a não ser de boca. Ele falou em 300 bilhões, em 10 anos, depois falou em 450 bilhões. É uma mentira. Na verdade, ele nunca mandou para o Congresso, ele não manda os requerimentos de informação de qual é o impacto porque, na verdade, ela serve ao mercado financeiro.

A segunda questão é a balela que estão falando que não atinge os atuais servidores. Atinge sim os atuais servidores. Inclusive, na avaliação de desempenho e várias outras questões, como na Previdência Social, principalmente no funcionalismo municipal e estadual onde os sistemas de RPPS não serão mais sustentáveis, porque acaba praticamente com o concurso público. Então não se consegue segurar.

Eu quero dizer que isso altera os vínculos com a Administração Pública, os procedimentos de demissão de servidores, aumenta o poder presidencial. É óbvio que eles queriam um modelo baseado no modelo chileno, que é o Paulo Guedes, é o “pinochetismo”. Isso significa colocar, inclusive, a subsidiariedade como princípio da Administração Pública. Inovação, o que é? O mercado acima do Estado.

O que está na Constituição como a impessoalidade, a moralidade, a eficiência, para eles não bastava. Mas nós derrubamos na CCJ, isso foi importante.

Mas o Bolsonaro hoje não pode mais incidir em fundações e autarquias, mas continua podendo mexer nos cargos públicos e extinguir. É uma grande intervenção.

Pergunto qual é a prioridade dessa reforma no meio da pandemia? Nenhuma, apenas sinalizar para o mercado e fazer uma luta política ideológica, uma disputa de narrativa na sociedade para espremer o Estado brasileiro baseado no teto de gastos, que é encolher o Estado.

Os únicos que ficam fora são os grandes, os magistrados, particularmente, os militares que não entraram na reforma da Previdência, têm tido aumento. Agora, os generais que estão na cúpula acumulam aposentadorias com salários de 60 mil reais. Essa é a vergonha nacional. Quando eles querem atingir, na verdade, querem atingir a maioria do funcionalismo que ganha até quatro salários mínimos, ou seja, 73% dos servidores nacionalmente.

Eles vão fazer a disputa de narrativa com o apoio da mídia, na verdade, não trabalham com a ideia de serviço público, servir ao público. Não há nada na reforma para qualificar e melhorar a qualidade do serviço público, mas toda lógica é fiscalista, é para diminuir a arrecadação.

É óbvio que temos um ataque fundamental ao serviço público em todas as suas garantias, como a progressão, as licenças, tudo isso eles pretendem acabar porque a PEC do Teto vai vigorar até 2036. Eles sabem que não podem mais fazer concurso público, e não querem fazer. O pior de tudo é que não se está dando muita atenção para a contratualização e constitucionalização da execução de serviços públicos por entes privados, ou seja, é a privatização do serviço público. Eles vão contratar por fora serviço privado. Isso está na PEC. Assim como alterar a lógica das empresas estatais também para a lógica de mercado.

Tudo isso significa, na verdade, lançar para a população a ideia de que o Estado é grande e caro, o que não é verdade comparativamente aos países da OCDE. Não é verdade.

O Brasil gasta 13% do PIB com os três entes da Federação. Há países na Europa que gastam até 35%, 20, 22, 25%. Essa é uma lógica para que não se tenha um serviço de qualidade.

Qual é a reação que devemos ter para barrar essa reforma? Primeiro, mostrar o exemplo que está sendo hoje o Sistema Único Público Universal de Saúde. Eles querem acabar com a universalização dos serviços. A lógica do Paulo Guedes é *voucher* para a educação e para a saúde. É uma lógica mentirosa, não haverá esse *voucher*.

Como ele falou: “Eu dou um *voucher* para a saúde o sujeito vai o Einstein.” Está bom, vai no Einstein sim, com um *voucher* de saúde. Mentira.

Na verdade, nós estamos assistindo a precarização e a privatização, mas para a gente barrar isso temos de dar esses exemplos: do que é o serviço público de qualidade e para que ele serve. Temos aí de ganhar tempo.

Neste momento, não vou desenvolver...

O SR. PRESIDENTE (Professor Toninho Vespoli) – Concluindo, por favor.

O SR. IVAN VALENTE – ...todos os aspectos da reforma. Nem posso, não tenho tempo hábil para isso.

Mas quero dizer que temos na reforma administrativa prazo até o dia 20 de agosto para audiências públicas, depois será apresentado o relatório. Nós temos de mobilizar os servidores públicos, sensibilizar a sociedade civil, isso tem de entrar na pauta das grandes manifestações políticas contra o Governo Bolsonaro, nós temos de garantir um serviço público de qualidade e derrubar essa reforma.

O Governo hoje está enfraquecido pela prática genocida na saúde, ao mesmo tempo pela corrupção que passa na CPI. Não podemos deixar votar essa reforma, é preciso conscientizar a sociedade de que essa reforma só serve para desmontar o Estado brasileiro.

Nós estamos fazendo isso lá. No debate nós ganhamos, mas precisa ganhar a sociedade, impedir a narrativa de que é preciso nivelar por baixo num país em que a grande maioria da população está no desemprego, com 15 milhões de pessoas, sendo seis milhões no desalento, 30 milhões na informalidade. É óbvio que vão passar a ideia de que o servidor

público é privilegiado, ganhando dois ou três salários mínimos, particularmente nos municípios.

É óbvio que nós temos de enfrentar essa realidade para garantir serviços públicos de qualidade.

Desculpe o tempo, queria fazer uma saudação a todos os servidoras e servidores públicos da cidade de São Paulo.

Um grande abraço a todos.

O SR. PRESIDENTE (Professor Toninho Vespoli) – Obrigado, Ivan, pela contribuição.

O próximo orador é o Sr. Vladimir Nepomuceno, ex-Diretor do DIEESE.

O SR. VLADIMIR NEPOMUCENO – Bom dia a todos presentes. Quero, em nome do Vereador Toninho, agradecer o convite para participar, cumprimento ao sempre Vereador Claudio que há muitos anos não o vejo (Falha na transmissão).

O SR. PRESIDENTE (Professor Toninho Vespoli) – Vladimir, seu som está ruim. Talvez se você fechar seu vídeo de repente o som fica melhor.

Vamos chamar o próximo, depois voltaremos a palavra ao Vladimir. É o problema da tecnologia. O próximo orador é o nobre Vereador Arnaldo Faria de Sá.

O SR. FARIA DE SÁ – Quero cumprimentar meu colega Toninho Vespoli, grandes participantes com capacidade plena na Câmara Municipal de São Paulo. Um abraço a todos os que participam deste momento duro que passa a situação do funcionalismo de maneira geral.

Há um ataque generalizado em nível estadual, federal e municipal, todo mundo querendo acabar com o serviço público. Os governos passam, os servidores continuam. Eles têm de respeitar essa condição. Estou vendo aqui o Cássio, o Gozze, o Antonio Carlos, e as pessoas todas que têm uma luta permanente.

Eu estava louco para ouvir o Vladimir falar, faz tempo a sua luta. Aquilo que a Maria Fattorelli falou agora há pouco é extremamente importante.

Todos jogam a culpa nas costas dos servidores. Os servidores são culpados de tudo. Se não vai bem na segurança, a culpa é do servidor; se não vai bem na saúde, a culpa é

do servidor, e o que dão de recursos para que o servidor possa fazer os seus trabalhos?
Ninguém vê isso.

Na verdade, a gente tem tido esse acompanhamento e questionado muito essa questão. Lamentavelmente, não estou em Brasília para continuar essa luta de 32 anos em defesa do servidor público.

Mas nós sabemos que o processo eleitoral foi um processo altamente duvidoso, a questão, por exemplo, no meu caso, mais de 20 parlamentares ligados ao genocida acabaram se elegendo, logicamente, eu fiquei de fora pela proporcionalidade. Não estou reclamando, vim buscar a continuidade desse trabalho na Câmara Municipal de São Paulo, junto com o Toninho temos feito um trabalho muito bom para garantir a validade do servidor.

É duro explicar para o servidor público que ele tem um aumento de 0,01%. O aposentado e o pensionista hoje não existem na conta de ninguém, eles querem descartar, se livrarem de tudo.

Estou vendo no momento inicial da nossa participação que a gente precisa encontrar uma saída, uma alternativa de valorizar o servidor público que seria garantir o atendimento de todos os que precisam de um mínimo de atenção.

Todo esse momento que estamos vivendo, a questão mundial da pandemia, a luta mais importante na área da saúde é a dos servidores públicos que trabalham e militam nessa área.

Então eu acho que a gente tem de aprender a valorizar um pouco o servidor público e não achar que ele é descartável, que pode ser jogado no lixo, que pode ser abandonado à própria sorte. Precisa dar um breque nessa terceirização que não tem vínculo, não tem responsabilidade, nem identidade ou continuidade. Isso é uma coisa que não pode continuar acontecendo.

Fiquei chocado com os dados que a Maria Lúcia Fattorelli deu agora há pouco que realmente se trabalha por aquilo que a gente fala, ou seja, o desmonte da máquina pública do Estado. Na verdade, quem garante o Estado? São os funcionários lutadores, guerreiros

simplesmente jogados e abandonados à própria sorte.

Só há uma saída agora, a tentativa de amarrar o andamento da PEC 32, porque se for para voto, infelizmente, vai passar. Está todo mundo jogando nessa situação. Se der uma retardada, virá o recesso, acredito que vai dar uma crise política muito grande em Brasília, a partir daí a votação vai ficar para outro momento. Porque partir agora para o enfrentamento é perder, como aconteceu nas votações recentes na Câmara. Sempre a favor do mercado, sempre a favor das forças que comandam a economia, sempre contra o servidor.

Gozado que quem defende o servidor é aquele que menos tem poder de fazer alguma mudança, alguma alteração.

Eu estou aqui na Câmara Municipal de São Paulo, junto com o Toninho Vespoli, com muita luta na defesa dos seus direitos. Podem contar comigo, hoje e sempre. Toninho Vespoli, vamos juntos aqui na Câmara ainda que saibamos que tem um rolo compressor, comandado pelo Presidente da Casa o Milton Leite, na defesa do servidor público municipal.

Espero que em Brasília vocês consigam nesta luta retardar essa caminhada. A própria situação de saúde do genocida pode nos dar uma ajuda agora. A Providência Divina às vezes fala muito. Tenho certeza de que está lutando para garantir isso.

Parabéns a todos vocês e a todos aqueles que lutam permanentemente em defesa do serviço público. Como já disse, repito: os governos passam e os servidores públicos continuam.

Parabéns a todos vocês.

O SR. PRESIDENTE (Professor Toninho Vespoli) – Obrigado, Arnaldo. Estamos juntos nesta luta.

Vladimir, você já tem condição de falar?

O SR. FARIA DE SÁ - Quero mandar um abraço ao Ivan Valente, meu grande companheiro de Câmara. Um abraço, irmão.

O SR. VLADIMIR NEPOMUCENO – Tenho sim, Presidente, caiu o meu sinal de internet.

O SR. PRESIDENTE (Professor Toninho Vespoli) – Está reestabelecido o seu tempo, Vladimir. Fique à vontade.

O SR. VLADIMIR NEPOMUCENO – Obrigado. Vereadores Toninho Vespoli, Claudio, Arnaldo, pessoas com quem convivo há muito tempo, Deputado Ivan Valente, na pessoa de quem cumprimento os demais federais, companheiros do movimento sindical.

Falo aqui duas qualidades, vamos dizer assim, como servidor público aposentado e como assessor da Frente Parlamentar Mista do Serviço Público no Congresso Nacional.

Eu queria chamar a atenção para alguns pontos que já foram tocados, mas que a gente tem de levar bastante vezes para poder fixar, não só na cabeça de servidores, mas também da população.

Primeiro, não é uma reforma federal, mas nacional, porque ao mexerem nos artigos 37, 38, 39 e 40 estão mexendo com a Administração Pública como um todo, nas três esferas e nos três Poderes.

Isso vai afetar servidores federais, estaduais e municipais dos legislativos das três esferas, vai afetar ativos, aposentados e pensionistas, tanto os atuais, quanto os futuros. Aliás, futuros servidores aposentados não existirão porque não entrará mais servidor sequer para aposentar.

Cem por cento da população vai ser afetada, principalmente a parte mais necessitada, mas também as outras. Nós vamos ver o fim das universidades públicas, o fim de instituições como o Instituto Butantan e Fiocruz que são extremamente importantes no momento da pandemia. Nós vamos ver a privatização do ensino fundamental, das creches, do ensino infantil, do ensino médio. É isso que vamos ver.

Essa privatização vai se dar dividindo em dois blocos: no primeiro, a partir do artigo 37-A que é a espinha dorsal da reforma, as empresas privadas que buscam lucro no mercado vão poder assumir o serviço público e aquilo que não interessar a elas será entregue aos coronéis através de organizações sociais e outras entidades sem fins lucrativos. Esse é o eixo da reforma.

Os servidores precisam ser transformados em descartáveis para poder facilitar a entrega à iniciativa privada dos serviços que hoje são exclusivos da Administração Pública, por isso, atinge os servidores.

Tem uma coisa que deve ficar bem clara, o Deputado Ivan Valente falava da Emenda 95, vou mais longe Deputado. O que nós conhecemos na época como PEC 186, a PEC Emergencial, que se transformou na Emenda Constitucional 109, ela tira a Emenda 95 das Disposições Transitórias da Constituição que tem data marcada, e passa para a parte permanente quando ela coloca Estados, Municípios e o Distrito Federal como possíveis de congelamento em três condições: quando houver crise fiscal, calamidade pública e quando a dívida pública ameaçar deixar de ser sustentável. Isso não é até 2036, mas é para sempre. Está na parte permanente da Constituição.

Concordo com o Deputado, aquilo que é o congelamento de gastos, que vale para todo mundo, casa muito bem com essa reforma, porque dinheiro para organização social, para empresa privada, para sustentar aqueles falsos prestadores de serviço, não entra no congelamento. O dinheiro para eles está liberado.

Como bem disse Maria Lúcia Fattorelli, assim como a questão do pagamento da dívida, ou seja, dinheiro para o banco, dinheiro para empresa privada não vai faltar porque será congelado e reduzida a despesa de pessoal. Uma coisa que muita gente não fala é que toda a despesa com políticas sociais, aqueles 12 itens do artigo 6º, da Constituição, como Saúde, Educação, Previdência, Assistência Social, e outras despesas da área social serão congeladas e reduzidas.

Nós temos de ter bem claro: primeiro, fechando a questão dos servidores, os atuais são atingidos sim, os atuais regimes jurídicos desaparecem. A Previdência do regime próprio, como bem foi colocado aqui, ela desaparece porque não entra mais ninguém nos atuais cargos, conseqüentemente desaparece uma parcela considerável dos contribuintes.

Casando essa reforma com a reforma da Previdência, o que nós teremos? Contribuição aumentada para aposentados e pensionistas porque a Administração vai poder

dizer que o sistema passou a ser deficitário. Desaparece a paridade porque não tem mais com quem ser paritário, já que não vai ter mais servidor do atual regime em atividade. Desaparece a integralidade, porque também não tendo servidor ativo, não tem reajuste, conseqüentemente, aposentadorias e pensões estarão congeladas.

Sem contar que com a mudança do texto é possível sim reestruturar os atuais planos de carreira para pior.

Encerro aqui dizendo o seguinte: nós não teremos novos servidores, mas teremos terceirizados e apadrinhados políticos, assumindo atividades daquilo que sobrar do serviço público que, boa parte, como eu disse, vai para a iniciativa privada.

É uma luta de quem trabalha no serviço público, com quem depende do serviço público, por isso, a necessidade da união de servidores e usuários nessa luta.

Só queria encerrar, Vereador, colocando uma única informação. Foram apresentadas 62 Emendas à PEC, dessas, 45 foram consideradas aptas. A grande maioria busca defender segmentos, tentando tirar aquele segmento da reforma, dane-se o resto. Todo mundo pode se dar mal, menos o meu segmento.

Uma segunda parcela defende atrair a atenção para defender a PEC. Como? Eu vou colocar os poderosos nessa PEC, você vai continuar se dando mal mas eu vou trazer os poderosos juntos. O que é mentira. Isso é para enganar e buscar apoio à PEC, como é o caso do Deputado Kim Kataguiri, de São Paulo.

Por fim, nós temos um conjunto de emendas apresentadas pela Oposição, pelos partidos que compõem a Frente Parlamentar Mista do Serviço Público, que procura desfigurar essa Emenda, garantir direitos aos servidores atuais, impedir a entrada do setor privado na Administração Pública.

Esperamos, até final de agosto, início de setembro a possibilidade de um relatório pronto, mas nós vamos trabalhar para que essa reforma não tramite e não conclua nesta Legislatura. O que significa que, por ser ano eleitoral no ano que vem, muito provavelmente se conseguirmos levar ao final do ano, nós conseguiremos impedir a tramitação dessa reforma.

Agradeço a participação, desculpe ter estourado um pouco o tempo. Um grande abraço a todas e todos.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Professor Toninho Vespoli) – Obrigado, Vladimir. Suas contribuições foram muito boas, profundas, inclusive.

Agora vamos chamar as entidades. Creio que temos 22 entidades, por isso daremos doravante o tempo de três minutos. Se continuarmos com cinco minutos, vamos passar de duas horas e meia de audiência.

Vamos começar com o Sr. José Gozze, Presidente da Pública Central do Servidor.

O SR. JOSÉ GOZZE – Bom dia a todos, quero agradecer o convite do Vereador Toninho Vespoli. Quero também mandar grande abraço ao Deputado Arnaldo Faria de Sá, agora Vereador, mas que está fazendo uma falta muito grande no Congresso, foi sempre um grande lutador junto com as entidades. Agora temos outros Deputados como o que estava presente, o Deputado Ivan Valente, assim como outros, mas o Deputado Arnaldo faz falta. Queremos você de volta lá.

Aproveito para cumprimentar também os amigos que estão presentes: a Sônia que me convidou que é da Pública, o Gaspar, o pessoal do Movimento Basta, através do Antonio Carlos.

Já foi mencionada uma série de questões, realmente, o servidor que está na ativa vai ser prejudicado, o que vai entrar, o aposentado, mas a grande prejudicada – também já foi falado – vai ser a sociedade brasileira. A Pública está fazendo uma campanha que estão afogando o Brasil. Estão acabando com o sonho dos brasileiros.

O que é a reforma administrativa? Nada mais é do que o mercado tomando conta daquilo que é do Estado, da obrigação do Estado. Por isso, estamos voltando, não antes da Constituição de 88, antes até de Getúlio Vargas. São décadas atrás, décadas atrás. A Constituição de 88 não foi boa para o mercado. Deu muita gratuidade para o cidadão brasileiro. Então, têm que rasgar a página da Constituição Federal. É pedra no sapato do mercado. Ele

está atrapalhando. Ele é que entrega os serviços públicos gratuitamente para o cidadão, conforme determina a Constituição. Então, têm que rasgar a Constituição, têm que derrubar o servidor público e têm que mentir como mente o Sr. Paulo Guedes.

Quem assistiu à última passagem do Sr. Paulo Guedes pela comissão especial viu a loucura que é a colocação feita por S.Exa., que mente descaradamente. E além de mentir é infantil nas suas colocações. O Sr. Paulo Guedes, como colocou o Deputado de Minas lá, o Sr. Rogério Correia, não leu. Essa reforma administrativa não foi lida pelo Sr. Paulo Guedes, senão não falava as bobagens que andou falando, especialmente na audiência pública. Nós temos que atingir a população. Esse é o grande trabalho hoje.

Nós estamos preparando bem. Vai haver manifestação, em Brasília, outra vez, do Basta. Nós estamos organizando reuniões estaduais. Irão para a reunião geral dos servidores, nos dias 29 e 30 julho, e vamos preparar a paralisação para agosto. Essa reforma não pode sequer passar pela comissão especial. Não pode ir a plenário. É um caos, é a destruição do Estado brasileiro.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Professor Toninho Vespoli) - Obrigado.

Tem a palavra o Sr. Antônio Carlos Fernandes Jr., Presidente da Conacate, Confederação Brasileira de Atividades e Carreiras Típicas de Estado.

O SR. ANTÔNIO CARLOS FERNANDES JR. - Bom dia a todos, Sr. Presidente Professor Toninho Vespoli e Vereador Faria de Sá, proponentes dessa iniciativa e amigos. Quem conhece a nossa trajetória sabe do simbolismo de, mais uma vez, dirigir-me a esta Casa, e agradeço a oportunidade.

As Câmaras Municipais de todo o Brasil - e não poderia ser diferente, inclusive a Câmara de São Paulo - estão de parabéns. Chamam para si a responsabilidade do debate deste tema nacional, de tamanha envergadura. As audiências ocorrem por todo o Brasil, neste instante mesmo, amigos, inclusive na Assembleia Legislativa de Minas Gerais, e outras tantas aí programadas.

Resultam, V.Exas., via de regra, por apelar para que o Congresso Nacional não delibere sobre a PEC 32, antes de ser ouvida a sociedade por seus Legislativos Estaduais e Municipais.

Eu vou me ater a noticiar, nessa audiência, que a desastrada condução dessa reforma administrativa conseguiu promover uma inédita união multisetorial. Amanhã às 19h, haverá uma enorme *live* nacional - acompanhem, por favor - de lançamento do *site* e da série de mobilizações contra a PEC 32, essa que é o verdadeiro marco regulatório da corrupção.

Uniram muita gente, Sr. Presidente, as onze centrais sindicais, o movimento Basta, a Condsef, a Frente Parlamentar Mista em defesa do serviço público e a UPB, União dos Policiais do Brasil.

Cabe registrar que o movimento Basta aglutina todo o setor público, por suas quatro confederações, inclusive a Conacad, que tem seu berço, nesta Casa, e privado, via FST, Fórum Sindical, que congrega dezenas de confederações de trabalhadores da iniciativa privada, além de associações, fóruns e organizações sociais.

Enfim, a união que mencionamos é para alertar que, neste momento em que se discute o papel do Estado e do mercado perante a sociedade, os que estão a dar as cartas e embaralhando a todos querem tirar da equação o papel social do Estado.

Então, não é preciso ser gênio para ver que essa voraz engenharia da ganância não vai dar certo. Veem, em Ciência, ao Congresso Nacional, que a sociedade já se apercebeu disso, Srs. Vereadores; e a Nação agradecerá.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Professor Toninho Vespoli) - Obrigado.

É difícil um pouco o nosso debate com a sociedade. É uma das dificuldades. Ocorre que estão acontecendo muitas coisas a níveis municipal e estadual. O Vereador Faria de Sá está aí, e nós ficamos, até uma e meia da manhã, ontem votando vários projetos. São tantos projetos e tantas coisas acontecendo que não dá tempo de a sociedade tomar pé de tudo o que nós estamos discutindo

Quanto à reforma administrativa, a gente percebe que infelizmente ainda não chegou à sociedade; e é ela que vai ser impactada com a falta das políticas públicas. Então, quanto a essa audiência pública, o esforço dos Srs. Vereadores, em primeiro lugar, é para garantir a democracia, ou seja, que as pessoas tenham acesso às discussões, para poderem opinar e para poderem participar. Todos os senhores estão de parabéns pelo empenho.

Tem a palavra o Sr. Cássio Vieira, Presidente da FASP, Federação das Associações Sindicais e Profissionais e Servidores da Prefeitura do município de São Paulo.

O SR. CÁSSIO VIEIRA DOS SANTOS - Muito obrigado, nobre Vereador Professor Toninho Vespoli. Queria saudar também o nosso amigo, Vereador Faria de Será, que tanto fez em defesa do serviço público, ou melhor, da sociedade, ao defender o serviço público de qualidade no Congresso Nacional, durante a sua presença lá. Está aqui conosco também o Deputado Federal Ivan Valente. Queria saudá-lo também, em função da sua batalha, junto à busca de uma sociedade mais justa para todos. Cumprimento os especialistas, citando o Sr. Vladimir - muito obrigado aí pelo trabalho que está nos proporcionando e orientando a sociedade - e os meus colegas, representantes sindicais aqui. Eu vou citar o Sr. Antônio Carlos, nosso Presidente, bem como o Sr. Presidente Gozze.

Não dá para citar cada um, mas o que nos interessa aqui hoje é alertar à sociedade dos males que essa PEC 32 vai fazer para a população e a justiça social, porque, na medida em que ela busca retirar da competência do Estado e transferir para a competência da iniciativa privada uma série de serviços essenciais e fundamentais, para que nós possamos ter mais igualdade de oportunidades para os cidadãos, como serviços de Educação, serviços de Saúde e mesmo os principais serviços meios que sustentam essas atividades, finalistas, atividades meio e atividades de auditoria, engenharia e gerência da Administração Pública, todas essas estão em grande risco, a partir da PEC 32, na medida em que ela cria uma nova figura, denominada cargo de liderança. Esse cargo de liderança, ao contrário do atual cargo de comissão, possibilita, na prática, a extinção de todas as atuais categorias e de todas as atuais carreiras.

Por quê? Porque ela permite que esses profissionais que vão ser contratados sem concurso público, apadrinhados políticos... E nós estamos vendo aí, no âmbito federal, no âmbito da CPI, o que ocorre quando há pessoas que não são técnicas, que não são de carreira em cargos estratégicos

Pois bem, essa PEC 32 vai facilitar o acesso de apadrinhados não só para os cargos de chefia ou de assessoramento, mas para cargos técnicos; e cargos técnicos implicam praticamente tudo o que a Administração Pública faz ou grande parte do que ela faz.

Então, atemoriza-nos muito. Precisamos levar essa mensagem à sociedade. Essa mensagem deve ser dirigida por meio de todos nós, em especial de nossa união, no movimento Basta, que o Sr. Antônio Carlos tanto faz hoje, por levar adiante.

Nobre Vereador Professor Toninho Vespoli, nobre Vereador Faria de Sá e todos, muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Professor Toninho Vespoli) – Obrigado.

Tem a palavra a Sra. Márcia, que está representando o fórum das entidades sindicais.

A SRA. MÁRCIA OLIVEIRA - Bom dia, nobre Vereador Professor Toninho Vespoli, amigo, que sempre apoia o fórum das entidades. Eu estou falando em nome da Profa. Margarida Genofre. Fora das entidades do município de São Paulo, representa todos os servidores e todos os serviços do município. O fórum tem, como princípio, a deliberação coletiva, e todos nós somos contra a PEC 32, porque, antes de qualquer coisa, o fórum quer garantir a prestação de serviço público com qualidade à população de São Paulo. Não se trata de um trabalho cooperativista, mas sim uma briga pelo serviço com qualidade, com servidores treinados, podendo ter a melhor entrega.

Nesse sentido, o fórum está apoiando toda e qualquer ação contra a PEC 32, nos seus diversos tipos e formas, mas, pelo princípio de ir contra essa PEC. Para a gente não interessa meia PEC. Ela tem que ser totalmente rejeitada, de comum acordo, porque quem vai sentir isso não são somente os servidores. Representamos os servidores, com certeza, tanto o

ativo como inativo, ou o futuro servidor, porque esse futuro servidor também é de representação nossa.

A gente está empenhado em tentar garantir esse serviço público, com qualidade, a toda população do município de São Paulo. Então, a gente pede, nesta Câmara Municipal, e agradeço a oportunidade de trazer esse debate, porque é aqui que vai acontecer qualquer problema. Os problemas vão acontecer dentro desta Casa, porque é aí que o cidadão vai bater quando não tiver esse serviço lá na ponta, porque é, no município, onde ocorrem todos os serviços, a níveis federal e estadual. É na base dos Vereadores que vai acontecer a falta e a ausência de poder do município, do poder do Estado.

Então, a gente lamenta e pede o empenho desta Casa, de levar, nas suas bases, independente, apartidariamente, porque os serviços são para todos. Portanto, a gente pede que esta Casa pense e repense ir junto a suas bases, e entenda que a PEC 32 deve ser rejeitada de forma integral.

Agradeço em nome do fórum das entidades, e a gente, todo o fórum se coloca a serviço de trabalhar contra a PEC 32.

O SR. PRESIDENTE (Professor Toninho Vespoli) - Obrigado. A gente tem exemplo, na cidade de São Paulo, de descontinuidade de serviço. A gente, cada vez mais, vai vendo, nessa proposta, o serviço público sendo privatizado. Isso acaba acontecendo.

Nobre Vereador Faria de Sá, a gente está vendo, na zona Norte, que um CEI, as creches, as terceirizadas, acabou de ter o rompimento de um contrato, e as crianças ficaram sem atendimento. Quer dizer, isso desestrutura toda a família e o direito da criança.

Como é isso? Até resolverem o problema, qual é o conflito que se dá na descontinuidade do atendimento? Então, a gente é totalmente contra esse tipo de proposta; mas vamos em frente, porque a gente vai lutar contra isso. Vamos vencer.

Tem a palavra o Sr. Claudio Fonseca, Presidente do Sinpeem, Sindicato dos Profissionais em Educação no Ensino Municipal de São Paulo.

O SR. CLAUDIO FONSECA - Bom dia a todos. Eu quero cumprimentar um

especialista em Direito Público, em Administração Pública, que tem contribuído sobremaneira não só nessa matéria relativa à reforma administrativa, como também deu uma contribuição extraordinária na discussão sobre a questão previdenciária no setor público e no setor privado, com uma reforma trabalhista. Esse também é outro viés do desmonte do Estado brasileiro, dos direitos sociais e direitos trabalhistas. Cumprimento o Sr. Vladimir, que há muito tempo não o vejo. É uma pessoa muito dedicada, um homem de luta, envolvido com as causas sociais, com as causas trabalhistas, e também contribuiu com o seu saber técnico, seu conhecimento, para que a gente possa dar encaminhamento em defesa do serviço público, como direito da população e direitos dos servidores públicos, para que haja um Estado que tenha uma abrangência no atendimento de políticas sociais.

Cumprimento o Vereador Faria de Será, que foi Deputado Federal e Secretário na Prefeitura do município de São Paulo; como também a Sra. Maria Lúcia.

Já foi bastante explicitada aí a abrangência dessa reforma da previdência. Não é só uma reforma administrativa; é uma reforma do Estado brasileiro, para diminuir inclusive a sua atribuição, de dar não só assistência à Saúde, como à Educação e como à Assistência Social, porque é uma reforma que diminuiu as obrigações do Estado para com a população, e combate os direitos dos servidores públicos. Não existe possibilidade de haver serviços públicos de qualidade com servidores públicos em situação de instabilidade; e essa reforma visa sobretudo a acabar com a estabilidade dos servidores públicos.

Enganam-se as pessoas que acham que a estabilidade é do servidor público. É a estabilidade para a continuidade, assegurando a continuidade dos serviços públicos. É um absurdo que essa reforma está tramitando no momento em que a população tomou conhecimento da necessidade de haver um Sistema Único de Saúde que dê atendimento universal, que consagra aquilo que estava na Constituição Federal.

Todo mundo grita: "Viva o SUS, viva a vacina". É importante haver os trabalhadores dos SUS, mas, atrás dessa sigla, há serviço público, há garantia constitucional, conseguida, às duras penas, durante o processo constituinte, que consagrou, que resultou na Constituição

Federal de 1988, com a universalização do direito do acesso à Saúde e também à Educação.

Portanto, quando se fala em estabilidade que essa reforma quer destruir, a estabilidade do servidor público, têm que deixar claro para a população que querem atingir o direito da população, de não haver continuidade, de não haver universidade no atendimento à saúde, à educação, à assistência social.

Esse desmonte começou e está progredindo. A Emenda Constitucional nº 95 que estabeleceu o teto dos gastos atacou quais setores principalmente? Esses mesmos: Educação, Saúde e Assistência Social, reduzindo os investimentos. E nós estamos, agora, num momento de pandemia, onde mais se necessita, momento esse, inclusive, que explicitou as desigualdades sociais, as injustiças, e jogou ainda mais pessoas para a miséria, porque precisam de amparo do Estado. Não é amparo de um governo, é amparo do Estado Brasileiro. E é justamente o Estado Brasileiro que eles querem desmontar.

Essa reforma administrativa tem impacto brutal na Educação. E, para ficar somente em dois aspectos, ela pode diminuir ou extinguir os concursos públicos, ou seja, a investidura em cargos de professor e outros cargos que compõem a estrutura e a carreira de profissionais de Educação. Além disso, pode permitir a substituição de professores por pessoas com vínculos precários, aumentando, cada vez mais, as pessoas contratadas ou transformando cargos em empregos com vínculos frágeis, claro que eles vão dizer que é vínculo trabalhista, mas, ainda assim frágeis.

Não vou me alongar muito porque essa matéria foi muito bem explicitada, tanto pelo Fausto, quando trata da questão do desmonte do Estado, quanto pelo Vladimir, assim como pela Professora Maria Lúcia, quando menciona a questão da financeirização do Estado Brasileiro e a grande lucratividade dos rentistas para desmontar direitos dos trabalhadores.

O Sinpeem - Sindicato dos Profissionais de Educação, que é filiado ao Dieese, nós não só acompanhamos todo o debate feito pelo Dieese, como endossamos tudo que está lá, disponível, inclusive, na página do órgão, sobre essa farsa do Governo Bolsonaro de desmonte do Estado Brasileiro, de desmonte dos direitos dos servidores públicos, do desmonte

dos direitos da população. E todos aqueles que, mesmo num tempo de pandemia, se deram conta da necessidade de você ter saúde pública, precisam se juntar.

- Manifestações concomitantes ao microfone.

O SR. CLAUDIO FONSECA - ... a todos os Parlamentares que são contra essa ingerência na reforma administrativa que vai destruir os serviços os públicos, destruindo também o Estado Brasileiro com direitos sociais, os quais foram duramente conquistados durante o processo constituinte, como eu disse aqui. O Sinpeem é totalmente contra essa reforma administrativa e nós apelamos a todos os Deputados Federais, aos Senadores, que não deem curso nessa matéria para que resulte em aprovação.

Nós sabemos que através da mobilização das Confederação Nacional dos Trabalhadores Braçais, à qual nós somos filiados, da Central Única dos Trabalhadores, e de outros organização de trabalhadores, essa batalha será vencida, porque o mal não pode imperar. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Professor Toninho Vespoli) – Obrigado, Claudio Fonseca. E aí quando eu vejo o Claudio, lembro da luta dele contra o Sampaprev e sabemos o quanto que essa proposta pode levar a colapso a aposentadoria dos servidores públicos.

Tem a palavra, agora, o Sr. Luis Vecchi da Silva, Diretor da Fenaguardas – Federação Nacional dos Guardas Municipais.

O SR. LUIS VECCHI DA SILVA – Estão me ouvindo? Obrigado. Acho que a máxima de toda reunião *on-line* é 'estão me ouvindo'. Olá a todos, meu nome é Luis Vecchi, estou como Presidente da Fenaguardas – Federação Nacional de Sindicatos de Guardas Municipais do Brasil,

Quero agradecer imensamente o convite em nome da Fenaguardas e todos os Sindicatos filiados a ela. Quero agradecer a iniciativa do Vereador Professor Toninho Vespoli. Deixo um grande abraço da nação azul marinho a um dos grandes defensores das Guardas Municipais que é o nosso amigo e Vereador Arnaldo de Sá. Aproveito para repetir a fala de muitos colegas de que V.Exa., Arnaldo, está fazendo muita falta na Câmara dos Deputados.

Um grande abraço da nação azul marinho, que é como nos conhece.

É complicado falar depois do Fausto, depois da Maria Lucia, do Ivan Valente, enfim, depois de todas essas autoridades. Acho que podemos nos tornar um pouco redundantes, mas quero reforçar que a Fenaguardas é extremamente contra essa PEC da maldade, essa PEC da rachadinha, essa PEC que está trazendo o desmonte do serviço público, e que vai trazer um prejuízo muito grande para a população que depende dos serviços públicos.

Essa PEC pretende transferir para a iniciativa privada a responsabilidade da prestação do serviço público, transformando as necessidades da população em objeto de lucro de empresários que estão de olho nessa fatia do mercado.

Permitir a terceirização de quase todas as atividades que hoje são de responsabilidade do Poder Público é transformar o serviço público em mercadoria e isso, queremos deixar claro, que a Fenaguardas é extrememante contra, e também contra isso está lutando.

As terceirizações estão, hoje, entre as maiores fontes de corrupção e desvio de recursos públicos. Além disso, reduzem a qualidade no serviço prestado e, ainda mais, no atendimento à população.

A maioria do pessoal sabe, pois tivemos, em algumas cidades, a terceirização de equipamentos da Saúde, onde foi constatado que caiu muito a qualidade de atendimento à população. Então a terceirização está entre as maiores fontes de corrupção e desvio de recursos públicos.

Não pretendo me alongar muito ao tema, mas, especificamente, sobre a Guarda, eu quero trazer para todos uma recordação que chamamos – na Guarda Municipal – a PEC do Sabe Com Quem está Falando. E vocês devem lembrar de um caso recente, um Desembargador que humilhou um Guarda Municipal, em Santos, porque não queria usar a máscara em plena pandemia.

Só vou deixar uma pergunta a vocês. Conseguem imaginar o que aconteceria se esse Guarda Municipal não fosse protegido pela Lei de Estabilidade na função pública. Vale

lembrar que muitas corrupções foram evitadas justamente por servidores públicos terem estabilidade e poderem bater de frente contra a corrupção dentro dos cargos públicos.

Deixo minha contribuição e agradeço mais uma vez a participação.

O SR. PRESIDENTE (Professor Toninho Vespoli) – Obrigado Luis, isso é verdade. Temos recebido esse apontamento de vocês, tenho certeza de que o Vereador Arnaldo também tem recebendo.

- Ruído na gravação. Transcrição prejudicada.

O SR. PRESIDENTE (Professor Toninho Vespoli) – Temos recebido denúncias de servidores que tentam evitar corrupção na máquina pública, mas, depois, são perseguidos, inclusive, pelas administrações. Isso é uma realidade e, por isso, é importante a independência do servidor público e a impessoalidade na hora de ser atendido por um servidor.

Próxima oradora é a Sra. Sonia Maria Correa Alves, Presidente do Sindilex – Sindicato dos Servidores da Câmara Municipal e do Tribunal de Contas do Município de São Paulo.

A SRA. SÔNIA MARIA CORRÊA ALVES – Bom dia Vereador Professor Toninho Vespoli, muito obrigada pela oportunidade. Bom dia a todas e todos os meus amigos que estão aqui, em especial à Maria Lucia. Hoje à noite estaremos juntas novamente. Bom dia ao Vladimir Nepomuceno, com quem já fizemos uma conscientização, levando uma palavra sobre a PEC-32 no Sindilex.

O Sindilex tem atuado no sentido de conscientizar os servidores sobre o que significa essa reforma, o quão nefasta é essa reforma administrativa. Ela é, na verdade, a cereja dos bolos do favorecimento do rentismo e do sujeito chamado mercado. Ela é um tiro de misericórdia no Estado Nacional.

Depois da reforma trabalhista e depois da reforma da Previdência vem, então, coroar essas medidas de favorecimento do mercado a reforma administrativa, a qual, na verdade, é a destruição do Estado Nacional.

Eu gostaria de acentuar o que foi abordado pelo Vereador Faria de Sá sobre os

gastos ao serviço público que, na verdade, no Brasil, são gastos da ordem de 12,5% do PIB. Já nos Estados Unidos são da ordem de 15,2%. Na Espanha são 15,3% e na Inglaterra são de 16%. Ou seja, nós já somos um Estado já encolhido e que eles querem encolher ainda mais.

Portanto, não tem razão o Ministro Guedes quando vai na CCJ e mente à beça, dizendo que os gastos com serviço público são enormes e diz também que está, na reforma administrativa – que ele não conhece – tratando das carreiras, quando, na realidade, ao ler essa reforma você percebe o tratamento de cargos típicos de Estado, pois traz uma definição que ninguém sabe do que se trata. Porque, vejam, o funcionalismo sempre foi tratado como carreiras e, na reforma, eles inserem cargos típicos de Estado.

Eu quero salientar ainda dois pontos. O primeiro é a questão que já foi mencionada pelo Presidente da Fenaguardas que é independência do servidor público que, com a reforma, fica comprometida porque os servidores que estarão sendo contratados estarão ao gosto do político de plantão. Eles estarão defendendo, na verdade, a bandeira do político de plantão. E nós somos independentes porque temos a estabilidade.

A segunda questão é sobre a mulher servidora. Temos hoje essa independência, essa estabilidade, que trata como igual a política de gênero. Uma vez que o candidato passou no concurso, não importa qual é o gênero. Ao passo que se tornarmos essa reforma privatizada, o Estado privatizado, nós vamos voltar ao popular ‘teste do sofá’. As mulheres vão estar sendo submetidas ao ‘teste do sofá’ para virarem assessoras do serviço público. Essa é que é a verdade. Então gostaria muito de salientar isso, infelizmente.

Quero dizer ainda que o Sindilex está movendo todas as forças no sentido de conscientizar e de ampliar essa discussão para a sociedade brasileira, porque nós sentimos que a sociedade não entende que essa reforma vai retirar os serviços públicos dela própria, sociedade. Vai retirar a creche da mãe trabalhadora, vai retirar a saúde do povo trabalhador, vai acabar com o SUS, vai acabar com a pesquisa, com a Universidade e com a escola pública.

Por tudo isso, faço um apelo a todos de que nós nos voltemos para a sociedade, porque ela será a principal prejudicada. Além do prejuízo ao servidor público – que faz parte

dessa mesma sociedade – a própria sociedade como um todo vai ter comprometido o seu atendimento nas áreas públicas. Era isso que eu gostaria de colocar.

O SR. PRESIDENTE (Professor Toninho Vespoli) – Sonia, parabéns, acho que você trouxe um olhar novo à discussão, que é a questão do gênero. Sabemos que os servidores serão prejudicados, mas sempre na sociedade alguns são mais prejudicados do que outros. Com certeza, as mulheres sofrem mais prejuízos em vários outros aspectos. Obrigado e achei muito boa sua reflexão e acho que temos de colocar isso no debate, porque, realmente, pode não aparecer e é importante.

O Sr. Paulo Teixeira já está conosco? (Pausa) Por favor, tem a palavra.

O SR. PAULO TEIXEIRA – Já estou aqui, agradeço o convite.

O SR. PRESIDENTE (Professor Toninho Vespoli) – Antes, Paulo, só agradecer sua presença e dizer que é muito bom que esteja aqui, conosco. O Arnaldo que já foi Deputado – agora Vereador -, o próprio Ivan Valente e todos vocês que lutam pelos servidores, é um orgulho para nós recebê-los nesse diálogo e estarem junto conosco e, claro, reconhecendo de pronto o trabalho de vocês.

Está com você a palavra, Paulo, por 5 minutos.

O SR. PAULO TEIXEIRA – Perfeito. Quero cumprimentar a todos em nome da Sonia Alves, que é uma conhecida minha de muitos anos. Cumprimento a todos do Sinpeem em nome da Célia Cordeiro, saúdo a Maria Lucia e o Vereador Faria de Sá. Gostaria de lembrar que o Arnaldo Faria de Sá foi aluno do meu pai. Então eu conheço o Arnaldo até antes da Sonia Alves, então, quero deixar um abraço fraterno.

Considero muito relevante esse debate. Vocês devem ter assistido a minha arguição ao Ministro Paulo Guedes. Me permitam repetir minha arguição, que foi a seguinte; “Ministro Paulo Guedes, o senhor não acha que a estabilidade tal qual está desenhada na Constituição é fundamental para o combate à corrupção?”. Daí mencionei quatro exemplos. O primeiro foi do servidor Luis Ricardo Miranda, ele que é um servidor de carreira, foi quem denunciou irregularidades e corrupção na compra de vacinas, a ponto de denunciar para o

próprio Presidente da República.

E ele denunciou ali irregularidades praticadas por servidores comissionados. E ele sendo servidor de carreira. E esse servidor só fez a denúncia por ter estabilidade. Falei ao Ministro: “O senhor não acha que é fundamental a estabilidade como aconteceu com o servidor Luis Ricardo Miranda.

O segundo exemplo que usei foi do Presidente da Anvisa, ele é Almirante, portanto, servidor de carreira. Ele denunciou interferências do Governo e do Presidente da República para a mudança da bula da cloroquina. Ele só o fez porque ele mandato da Anvisa e é um servidor de carreira.

O terceiro exemplo que dei foi do Presidente do Instituto Nacional de Pesquisa Espaciais que denunciou o aumento considerável do desmatamento da Amazônia. Ele só o fez porque é servidor da USP e tinha para onde voltar. Então ele teve coragem e a coragem se uniu à estabilidade.

Ainda mencionei um quarto exemplo, o do servidor Alexandre Saraiva, policial da Polícia Federal que denunciou o envolvimento do Ministro do Meio Ambiente no corte ilegal de madeira e na exportação de madeira, fruto de corte ilegal. Ele perdeu o cargo comissionado, mas não perdeu o cargo da Polícia Federal.

Então a estabilidade é um instrumento: de combate à corrupção; de defesa do Estado contra o mau político; e também de guarda da memória das políticas públicas em face a políticos aventureiros que desconhecem as políticas públicas e, às vezes, querem destruí-las. Portanto, a estabilidade é fundamental para o serviço público e não deve ser flexibilizada.

Outro aspecto que quero trazer aqui, foi exposto pela Sonia Alves, que é o aspecto da contratação, que não tem de ter nenhuma flexibilização na contratação. Contratação por concurso público tem um caráter objetivo; ela não depende de subjetividade. Flexibilizá-la é como voltar ao Estado Brasileiro pré-30, quando foi a organização do Estado Brasileiro. É voltar ao Estado Brasileiro antes da Constituição e aí, o que vai valer, é o ‘cunhadismo’; é a contratação de parentes; serão os grupos políticos contratando os servidores públicos.

É importante dizer que a PEC não vale só para a União. Vale também para os estados e para os municípios. E isso é um perigo. Estamos apelidando essa PEC como a PEC da rachadinha, a PEC da cloroquina. Aqueles que a estão propondo só dependem do Estado em um aspecto: na transferência de recursos da dívida pública. Quem conhece bem aqui é a Maria Lucia Fattorelli.

Mas eu cobre do Ministro: “Ministro, V.Exa. estudou, no Ensino Fundamental, numa escola pública. V.Exa. fez universidade na UFMG; portanto, V.Exa. dependeu do ensino público e de seus servidores, e agora não quer legar às proximidades gerais o serviço público de qualidade”. Também por isso acho que não devemos deixar essa PEC prosperar. Uma PEC como a PEC 32 nem permite o ambiente de debate adequado, pois que está no contexto da pandemia.

O que se esperava, hoje, é que todos estivessem em Brasília debatendo esse tema e não virtualmente como está acontecendo, quando não está presente uma viva alma da sociedade civil sendo representada no Congresso Nacional. Não se permite sequer a entrada dentro do Congresso Nacional. É por isso que acho que o destino da PEC 32 deve ser a gaveta. Mas, se não puder ser a gaveta, já que estamos no inverno, o destino dela deveria ser a lareira mesmo, queimando-a na fogueira para que não volte nunca mais uma PEC tão retrógrada como essa.

Por isso que pedimos a mobilização de todos. Aliás, Vereador Faria de Sá, V.Exa., está fazendo muita falta em Brasília, mas pode ajudar de tantas formas pelos vínculos que tem, tanto aí quanto aqui, para que consigamos impedir que essa PEC prospere.

Muito obrigado a todos e deixo um abraço aqui da Frente Servir, através do Deputado Professor Israel que me pediu para representar essa frente, hoje, aqui, nessa audiência. E devo dizer que é com muita honra que o faço aqui, na Câmara Municipal de São Paulo, onde eu também já fui integrante, tentando estar à altura dessa população tão poderosa que é essa população da cidade de São Paulo, que me adotou como seu habitante, como seu cidadão e como seu cidadão também. Um grande abraço a todos e a todas.

O SR. PRESIDENTE (Professor Toninho Vespoli) – Obrigado, Paulo. Nós sabemos que vários Parlamentares são contra essa proposta, mas enquanto Bancada, sabemos também que a Bancada do PT é totalmente contra essa proposta e nós contamos muito com vocês aí. Muito obrigado.

Agora é a vez do Mário Fortunato, Presidente da Savim – Sindicato dos Agentes Vistores de São Paulo.

Antes dele falar, me permita, gostaria de dizer que além das páginas oficiais que mencionei e que estão transmitindo essa audiência pública, também a página do mandato do Ivan Valente está exibindo também, a página da Deputada Luiza Erundina igualmente está transmitindo – aproveito para deixar um grande abraço à Deputada. Mesmo a minha página, Vereador Professor Toninho Vespoli também está on line com essa audiência pública. E, se alguma entidade, ou algum outro Vereador em mandato, quiser compartilhar, pode fazê-lo e nos avisar para que divulguemos. Quanto mais for transmitida para a sociedade, melhor.

Com a palavra o Sr. Mário.

O SR. MÁRIO FORTUNATO – Bom dia a todos. Agradeço igualmente a oportunidade ao Vereador Professor Toninho Vespoli por essa oportunidade, bem como ao Faria de Sá, Vereador hoje, ex-Deputado, que tem uma grande carreira ligada ao funcionalismo público, nos defende com unhas e dentes. Obrigado Excelências Ivan Valente e Paulo Teixeira.

Acho que todo mundo já falou algo sobre estabilidade, os gastos e também que essa PEC é horrível. Eu só queria acrescentar, e chamar à atenção um detalhe, para quem ainda acredita nela.

A grande propaganda em torno dessa reforma é que vai acabar com os privilégios, acabar com os grandes salários etc. Daí elaboram a PEC e ainda dizem “Não vamos mexer no funcionalismo público e tem carreiras de Estado sendo preservadas. Taí: o que são carreiras de Estado? Se formos ver na Câmara de Deputados, onde fiz uma pequena pesquisa, muito leve por sinal, saibam que, desde 2012, praticamente todo ano tem alguém querendo introduzir uma carreira como se fosse carreira de Estado e nunca foi aprovado. Só que nessa PEC eles

falam isso: “Olha, depois a gente vai discutir o que são carreiras de Estado”.

O Vladimir Nepomuceno chamou a atenção das emendas, pessoas que desejam tirar uma carreira, ou alguns deputados mesmo querendo proteger alguma carreira, tirando da PEC, com a justificativa de que será uma carreira de Estado.

Portanto, temos de alertar que a única maneira de defender essas categorias, defender o funcionalismo, é acabar com a PEC. Ela não pode ser aprovada, porque não vai ser aprovada a carreira de Estado. Se aprovar essa PEC nunca mais vamos ser isso. Basicamente vão ser Judiciário e o Exército, que são justamente onde se encontram os grandes privilégios e os grandes salários. Todo o resto do funcionalismo vai ser dizimado e não será mais carreira de Estado. Isso é absurdo.

Temos, então, de chamar a atenção para esses Deputados que estão pensando “Vamos aprovar a PEC e, depois, o declínio na categoria”. Não, espera só um minuto. Tem de alertar que eles estão sendo enganados. É um engano, uma ‘pegadinha’ do Governo Federal, do Ministro Paulo Guedes e, para nós, não vai funcionar.

São 45 Deputados, não sei se são 45 exatamente que apresentaram 45 emendas, mas são muitos que estão sendo enganados.

Obrigado, é só isso que gostaria de falar, acrescentando que temos de acabar com essa PEC porque ela vai dizimar o serviço público ao terceirizar tudo. Além do que terceirizar tudo significa politizar tudo. Não seremos mais funcionários do Estado, não seremos mais funcionários de carreira, seremos funcionários de ‘quem indicar’. É isso que eles estão querendo denominar: “Você foi indicado, você é funcionário. Você fala mal do seu patrão, você deixa de ser funcionário”. É isso que eles querem.

Agradeço a oportunidade e fui o mais breve que pude. Obrigado pela atenção.

O SR. PRESIDENTE (Professor Toninho Vespoli) – Obrigado, Mário.

Próximo orador é o Sr. Evandro Fucitalo, Sindicato dos Guardas Cíveis Metropolitanos de São Paulo (Sindguarda), representado pelo Sr. Márcio. (Pausa)

Ah, desculpe, Sr. Evandro, antes de lhe ouvir, o Vereador Faria de Sá gostaria de

se despedir porque ele está com outra agenda e gostaríamos de escutá-lo antes dele ir embora. Pode ser? (Pausa)

Confere Vereador? Recebemos um informe que V.Exa. gostaria de se despedir por ora. (Pausa) Vereador Arnaldo, seu áudio está fechado, não estamos ouvindo. Agora, sim, por favor.

O SR. FARIA DE SÁ – Obrigado, Presidente, mas gostaria de ouvir mais esse pronunciamento, depois me despeço.

O SR. PRESIDENTE (Professor Toninho Vespoli) – Tá bem, Vereador, fique à vontade. Então, com a palavra o Sr. Evandro. Se encontra? (Pausa)

Então peço que adiantemos a Sra. Juliana Sales, do Simesp – Sindicato dos Médicos de São Paulo. (Pausa)

O SR. FARIA DE SÁ – Sr. Presidente, por favor, como o Evandro não se encontra, posso me despedir, então, com a permissão da Sra. Juliana também?

O SR. PRESIDENTE (Professor Toninho Vespoli) – Pode prosseguir.

O SR. FARIA DE SÁ – Quero agradecer ter participado dessa brilhante convocação que o companheiro Toninho Vespoli fez. Cumprimentar todos os participantes, é um trabalho muito importante. Deixo um abraço para o Claudio Fonseca, que já foi nosso colega aqui no Parlamento, Vereador, e continua na luta. Um abraço para nosso companheiro Paulo Teixeira, fui mesmo aluno do pai dele na matéria Teoria Geral do Estado. É uma alegria estarmos aqui, na Câmara Municipal, junto com V.Exa. Vereador Vespoli, defendendo os servidores públicos.

O ‘governo de rachadinha’ e de ‘genocídio’ não pode querer acabar com nossos servidores público que tanto trabalharam e se dedicam à sociedade.

Parabéns a todos. Um abraço.

O SR. PRESIDENTE (Professor Toninho Vespoli) – Obrigado Vereador Arnaldo. Quero deixar claro que essa audiência pública é também chamada pelos dois mandatos, o nosso e o do Vereador Faria de Sá.

Voltando, o Evandro ou a Juliana se encontram? (Pausa)

A SRA. JULIANA SALLES DE CARVALHO – Sim, eu estou, Presidente, sou Juliana.

O SR. PRESIDENTE (Professor Toninho Vespoli) – A palavra é sua, Juliana.

A SRA. JULIANA SALLES DE CARVALHO – Bom dia a todos aqui presentes. Sou Juliana Sales, Secretária Geral do Sindicato dos Médicos do Estado de São Paulo. Quero agradecer primeiro à organização dessa audiência sobre assunto tão importante e pertinente a toda sociedade num momento como esse.

Gostaria de iniciar concordando com a exposição do Dieese, Sr. Fausto, que fez um excelente pronunciamento que, inclusive, nos baseia para entender o que realmente é essa PEC.

Não quero ser repetitiva porque é uma PEC que altera, justamente, como nós vemos hoje o Estado e, nessa reestruturação, abre a porteira a todas as fragilidades conhecidas, e como vocês já comentaram é a questão da rachadinha, a questão do coronelismo sobre os cargos, cargos que hoje expressam os direitos da população, e que são cargos que incluem profissionais da Saúde, obviamente da Educação, e das políticas de Assistência Social e Previdência, os quais asseguram a sobrevivência da população.

Minha contribuição, aqui, nessa audiência, é justamente colocar o que foi a terceirização na Saúde que amplia a informalidade da mão de obra, vocês viram recentemente, na Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, uma CPI da quarteirização, a qual demonstrou que os contratos com os médicos, contratos esses formalizados por Organizações Sociais, foi uma forma de entregar o serviço público para o serviço privado, com pouca visualização dos resultados e montados. Contratos esses muito frágeis, com fiscalização muito frágil e que justamente abre a porteira para a corrupção lançando uma legislação no dia a dia para esses contratos.

A CPI da quarteirização mostrou justamente que os médicos de hoje, nas Organizações Sociais, do Estado e do Município de São Paulo, passam por um processo de trabalho em que são contratados, muitas vezes, por ferramentas de whatsapp por uma

empresa que não é a empresa que gere, que cuida da gerência do hospital, é uma empresa outra – citamos, inclusive, a OGS, que foi uma empresa dos hospitais de campanha e que não sabe quantos funcionários tem; não sabe quantos adoeceram por Covid; não sabem se aqueles médicos conseguiram cumprir o afastamento adequado por Covid no momento em que se contaminaram nesses hospitais de campanha; portanto demonstrando não só uma irregularidade em relação a esse tipo de contratação, mas em relação à ampliação dessa informalização, que é o método que as Organizações Sociais utilizam hoje para contratar mão de obra médica e que tem sido ampliado para as demais categorias – fisioterapia, fonoaudiologia, psicologia -, tendo sido estudado, inclusive, ampliar-se para uma mão de obra, que é a da enfermagem.

Quero compartilhar com vocês que essa PEC tende, nesse compartilhamento com o privado, a aumentar e ampliar esse tipo de precarização da mão de obra da saúde, que interfere, sim, na qualidade da assistência e na entrega desse direito à população. Algo que deveria estar sendo pensado para a contratação de mais servidores públicos, que garantem justamente a continuidade dos serviços, com acúmulo de conhecimentos para se poder enfrentar situações como esta da pandemia – como bem mostraram os servidores da Covisa e do CVE, que coordenam as ações no Estado e no município de São Paulo contra o coronavírus -, não acontece. Assim, justamente essa PEC da Rachadinha avança para ampliar o coronelismo, com uma menor entrega de mão de obra qualificada para a população, com consequências claras para a saúde coletiva.

Essa é a minha contribuição nesta audiência pública. Agradeço a oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (Professor Toninho Vespoli) – Tem a palavra o Sr. Márcio dos Santos, nesta audiência representando o Sr. Evandro Fucitalo, Presidente do Sindicato dos Guardas Civis Metropolitanos de São Paulo - Sindguardas.

O SR. MÁRCIO DOS SANTOS – Bom dia, Vereador Toninho Vespoli e demais parlamentares. Bom dia, meus companheiros de luta. Peço desculpas, pois o Evandro não pôde estar presente, ele está indo para Brasília, sem sinal, e havia me pedido para eu fazer a

representação dele nesta audiência pública.

Não vou falar muito sobre a PEC 32 porque creio que o diagnóstico já foi feito. Creio que há unanimidade entre nós contra a PEC 32. Não há ninguém aqui favorável a essa PEC.

Gostaria de tratar um pouco sobre estratégia de luta, estratégia de resistência. Vou aproveitar a fala do Vereador Toninho Vespoli, que disse que a sociedade não se deu conta dos efeitos da Reforma Administrativa, e dizer que isso se deve a dois fatores. O primeiro é a pandemia. Temos meio milhão de pessoas mortas no Brasil. Aí, eles estão aproveitando para passar a boiada. Toda a atenção está sendo colocada na vacinação, para as questões da Covid-19, e a boiada está passando; e a PEC 32 é um dos bois da boiada. Então, eles vão passar essa Reforma Administrativa aproveitando os impactos que essa pandemia está causando sobre a sociedade.

O segundo fator é que foi construída, pelo movimento conservador, uma espécie de “esquerdofobia”. Foram demonizando as entidades de classe e os sindicatos de forma que tiraram o nosso poder e a nossa voz. A sociedade, quando ouve alguém falando em nome de um representante de classe, de um sindicato, de uma federação, começa a fechar os ouvidos, não quer ouvir porque foi feita toda uma construção contra as entidades sindicais por esse movimento conservador que hoje está no poder. Então, é difícil para nós chegarmos à sociedade.

Aproveito a fala do nosso companheiro Vladimir Nepomuceno sobre essa questão de dividir as classes, dividir as categorias, e cada categoria defender o seu para dizer que essa é uma estratégia do governo: dividir para conquistar. Ao nos dividirem, perdemos força; aí, temos que seguir a lógica que o companheiro falou, que é não a de defender que minha categoria seja retirada da PEC 32, mas de defender que não exista PEC 32, que não haja Reforma Administrativa. Todos nós temos que falar a mesma língua.

No dia 3 de agosto próximo estaremos em Brasília fazendo uma grande manifestação contra a PEC 32. Nós guardas municipais não estaremos lá para pedir que nossa

categoria seja tirada do texto da PEC, mas que não haja PEC 32. Pretendemos levar dois ônibus de São Paulo com vários companheiros para lutarmos em Brasília. Até convido as demais entidades para, se puderem, nos fortalecer nessa luta no dia 3 de agosto para gritarmos contra a PEC 32.

A PEC irá afetar não só o servidor público, mas o serviço público em geral. A luta passa por uma questão de conscientização. Estamos aqui com vários representantes de classe. Se mesmo o nosso povo, a nossa base já é difícil de ser conscientizada - muitos da nossa base não se dão conta do que representa a Reforma Administrativa -, imaginem o cidadão. Falo isso por experiência própria. Jogo as discussões da Reforma Administrativa no grupo da família, e a família pensa assim: “Isso é problema deles”. A sociedade não entende que isso afeta a ela, acha que é um problema dos servidores públicos; acham que a luta é personalizada, acham que haverá perda de direitos, mas isso é um problema dos servidores, que não a afetará. Então, precisamos despersonalizar essa luta.

Como vamos conseguir convencer a sociedade de que a Reforma Administrativa irá impactá-la? Mostrando que, além dos servidores que serão afetados – serão mesmo, não há jeito -, será afetado diretamente o serviço público. Peguemos a educação como exemplo. Imaginem a escola, que reúne não só os serviços de educação, mas de assistência social, de segurança, de cidadania etc.; e esses serviços sendo mal prestados à população. A grande massa da população usa o serviço público, não tem dinheiro para pagar plano de saúde, não tem dinheiro para pagar escola particular. Então, precisa do serviço público, e é esse serviço que será afetado, será prestado com má qualidade. É esse tipo de argumento que temos que dirigir à sociedade para que as pessoas entendam que, ao final das contas, quem vai perder é a população. Nós que estudamos história sabemos que, nesses ciclos de perdas de direitos, a sociedade demorará 10 anos, 20 anos, até 30 anos para se dar conta dos prejuízos. A população leva uma paulada que não é imediata. O grande prejuízo não é percebido num primeiro momento. A população só irá perceber daqui a alguns anos que ela não tem mais aquilo que ela tinha.

Fizeram a Reforma Trabalhista sob o pretexto de se criarem empregos, mas não foram criados quaisquer empregos, o desemprego aumentou, e lá se foram os direitos do trabalhador. Fizeram a Reforma Previdenciária sob o pretexto de salvar os cofres públicos, não isso não aconteceu, a dívida pública continua do mesmo jeito, e agora teremos que trabalhar 12 anos, 15 anos a mais. Agora, vem uma Reforma Administrativa com o pretexto de se enxugar o Estado, mas não vai se enxugar nada. Os gastos do Estado, que estão nos 12%, 13%, tendem a aumentar com as terceirizações. O que se gasta com serviço público prestado hoje será ultrapassado, talvez se gaste o dobro com serviços terceirizados. Assim, não se resolverá o problema. É isso que a sociedade precisa entender.

Nós do Sindguardas-SP estamos elaborando uma estratégia de *outdoors*. Queremos fazer uma propaganda para a sociedade inteira, pois o principal prejudicado pela Reforma Administrativa será o cidadão e, em segundo lugar, o servidor público. As pessoas estão pensando, Vereador Toninho Vespoli, que isso é problema nosso, dos servidores públicos, e não da sociedade. Mas quando isso bater nelas, quando elas sentirem o prejuízo, será tarde, já se terá passado pelo menos uma década. Dizia Rousseau que a liberdade pode ser conquistada, mas jamais reconquistada. Um povo livre que é escravizado não consegue mais reconquistar essa liberdade, pois não se dá mais conta disso.

Então, Vereador, agradeço a oportunidade de participar desta audiência pública, registro que o Sindguardas-SP está na luta contra a PEC 32 e peço desculpas pela ausência do nosso Presidente Evandro, que está a caminho de Brasília para lutar contra essa Reforma Administrativa. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Professor Toninho Vespoli) – Obrigado, Márcio. E a boiada está sendo passada em todas as instâncias. Quando eu disse que ficamos nesta Casa até quase duas horas da manhã é porque vários projetos que estão sendo aprovados nesta Casa não são, infelizmente, a favor da população. O nosso próximo orador, o Sérgio, sabe muito bem disso. Infelizmente, o nosso povo está tentando correr atrás de um prato de comida porque o desemprego é massivo, os parentes das pessoas estão morrendo. Enquanto as

peças estão tentando sobreviver, não conseguem acompanhar o que está acontecendo nas Casas Legislativas; e justamente nesse momento estão aproveitando para passar o que se quer. Mas iremos resistir em todas as esferas e iremos retomar o controle dessas instituições.

Tem a palavra o Sr. Sergio Ricardo Antiqueira, Presidente do Sindicato dos Servidores Municipais de São Paulo – Sindsep.

O SR. SÉRGIO RICARDO ANTIQUEIRA – Obrigado, Toninho. Sou Sérgio Antiqueira, Presidente do Sindsep. Quero saudar meus companheiros do sindicato que estão presentes e também o companheiro Fausto, do DIEESE; o Vladimir, a Maria Lúcia Fattorelli, os deputados Ivan Valente e Paulo Teixeira, os demais presentes e o público que assiste a esta audiência.

Eu queria parabenizar a iniciativa do Toninho Vespoli, do Vereador Arnaldo Faria de Sá, os Vereadores que sentem necessidade de desmascarar essa farsa dessa reforma administrativa e mostrar a aberração que ela é.

Como eu só tenho três minutos, eu vou ter que ser muito claro para a população que não entende o que está em jogo em Brasília: essa PEC é para acabar com os serviços públicos para o povo e é mais do que isso – nós temos que falar o português claro –, é uma PEC para facilitar a corrupção, é a legalização da rachadinha, é a PEC do rachadão. Ouçam esta manchete: “Com a reforma administrativa, o número de cargos de livre nomeação pode chegar a 1 milhão”. Está no site do *O Globo*, na parte de economia do mês de junho, um jornal insuspeito, que sempre defendeu o Estado Mínimo e sempre foi contra os serviços públicos. Agora, imagine que na escola dos nossos filhos, os professores fossem escolhidos pelo Prefeito e indicados pelo Secretário de Educação para fazer com que os alunos e os pais acompanhassem a campanha para os seus padrinhos políticos durante quatro anos. É assim que nós veríamos a verdadeira escola com partido, quando tantos aqui tentaram impor a ideia da “escola sem partido”. Essa seria a verdadeira escola com partido.

Imaginem agora na pandemia se, ao invés de um servidor concursado, nós tivéssemos afilhados do Secretário de Saúde. Por falta de vacina, quem seria vacinado

primeiro? Imaginem se, com um grande esquema de corrupção na compra de vacinas e diante de uma disputa de gangues no Ministério da Saúde, nós não tivéssemos servidores de carreira para denunciar? Essa PEC é um trem da alegria, é para garantir os amigos do rei, guardiões iguais aos do Crivella, no Rio de Janeiro, gente que, para não ser demitida, não ia pensar duas vezes em entregar até 90% do seu salário para quem os indicou.

Os Vereadores desta Casa precisam ser contra essa PEC e precisam influenciar os seus deputados, ou vão estar defendendo a corrupção. Digam não a esse supertrem da alegria que nós estamos vendo. Por falar nisso, seria bom a gente pedir aos Vereadores amigos do Prefeito Ricardo Nunes repensarem o voto que fizeram em prol do cabidão de empregos que foi aprovado nessa madrugada, à 1h30 da manhã, em primeira votação, como já mencionou o Toninho. Criação de 15 cargos com 10 a 15 mil reais de salário para gente que não precisou de concurso nem tem conhecimento ou experiência em Educação ou Administração Pública. Isso é uma vergonha. Os Srs. e Sras. Vereadoras podem reverter isso e podem cobrar dos deputados dos seus partidos para dizerem não à PEC 32, à PEC do rachadão.

Obrigado, Toninho. Parabéns.

O SR. PRESIDENTE (Professor Toninho Vespoli) – Obrigado, Sergio.

Tem a palavra a Fernanda Magano, Presidente do Sindicato dos Psicólogos do Estado de São Paulo - SinPsi.

A SRA. FERNANDA MAGANO – Bom dia a todos, todas e todes. Quero agradecer ao Toninho Vespoli pela oportunidade de participar desta importante audiência. Na verdade, eu quero complementar a questão que os nossos companheiros do movimento sindical e os nobres representantes do Legislativo já trouxeram. Somos todos contra a PEC 32 porque ela retira direitos dos servidores atuais e não cria possibilidade de servidores futuros. Ela não aumenta a eficiência do serviço público como está informado por meio dessas condições falaciosas do Governo Federal, ela é uma contrarreforma, é uma “deforma”, ela retira direitos e traz como consequência o clientelismo, o aumento do gasto público e a não retenção do gasto público, como informam, o aparelhamento dos órgãos do Estado e o apadrinho por meio de

cargos políticos. Na referência direta da questão financeira, a gente tem que verificar que 57% dos servidores públicos brasileiros, mais da metade, atualmente ganham no máximo até quatro salários-mínimos, e temos que localizar as categorias que estão no patamar acima de quatro salários-mínimos. Na categoria dos servidores municipais, 73% ganham no máximo até quatro salários-mínimos.

Portanto, estamos reafirmando que a questão não é o abuso financeiro com os servidores e sim os interesses político-partidários, o rachadão, como disse, e a retirada da estabilidade do serviço público e, por meio de cargos comissionados, nomeia pessoas sem experiência e sem os critérios públicos, cargos políticos que não atendem à boa vigência do serviço público.

Conclamamos a todos e todes a entenderem que essa política apresentada por esse desgoverno facínora e genocida cria uma condição de desmantelamento do Estado público. Por isso, precisamos valorizar as carreiras de Estado e precisamos garantir serviços públicos de qualidade, pensando na intersetorialidade de políticas de saúde, de assistência e de educação na referência direta. Em tempos de pandemia, o SUS tem dado a lição da sua construção e do seu poder por meio de seus servidores públicos de carreira, que têm dedicado e dado a vida em prol da vida da população.

Chamamos ainda a população a compreender que também é necessário lutar contra a PEC 32 e marcar posição com os senadores e com os deputados federais. Esta Casa de Leis também tem que se posicionar contrariamente a esse abuso desse desgoverno.

Eram essas as questões que queríamos trazer. Sob a perspectiva da psicologia da saúde física e mental da nossa população, é importante que a gente possa garantir serviços públicos de qualidade e a manutenção do modelo de Estado da Constituição de 1988, tão atacada e fraturada como tem sido por essas reformas que vêm acontecendo ao longo do tempo. Por isso, nos posicionamos contrariamente a essa reforma que está em curso, que significa o desmonte do serviço público.

Obrigada pela oportunidade da palavra.

O SR. PRESIDENTE (Professor Toninho Vespoli) – Obrigado, Fernanda. Nós vamos precisar bastante da sua categoria, porque, além de aguentar a pandemia, que vai mexendo psicologicamente com a gente, temos que aguentar um Presidente genocida que já quase matou 540 mil brasileiros e brasileiras. Não está fácil para ninguém.

O próximo orador é o Ismael, representante da Aprofem.

O SR. ISMAEL NERY PALHARES JUNIOR – Caro Professor Toninho Vespoli, demais legisladores, colegas, é uma honra participar desta audiência como Presidente da Aprofem – Sindicato dos Professores e Funcionários Municipais de São Paulo. Os colegas todos que me antecederam já fizeram uma análise técnica e política sobre o tema, o que já foi sobejamente demonstrado, e nós encampamos e saudamos tudo o que foi dito. Em nome da Aprofem e lembrando que estamos aqui sempre na defesa incondicional das conquistas dos servidores públicos municipais que representamos, acredito que me cabe reiterar a nossa insurgência frente a essa inoportuna reforma administrativa, cujos malefícios, caso implantada, ameaçam o universo de servidores públicos brasileiros, como bastante dito aqui, estigmatizados, na sua imensa maioria, injusta e erroneamente, como detentores de altos privilégios e altos salários.

Reitero, em nome da Aprofem, a nossa disposição de continuidade na luta conjunta para que não prospere essa malfadada reforma da PEC, tomando esforços com as demais entidades e organizações comprometidas com o fortalecimento e a valorização do servidor estatutário em todos os quadros e categorias. Como já foram também sugestões de mobilização, peço licença para encerrar a minha fala lembrando que a nossa mobilização poder servir de motivação e exemplo para nossos colegas de outros municípios e instâncias de governo, por tudo o que o serviço público municipal de São Paulo representa.

Um abraço a todos e continuamos na luta. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Professor Toninho Vespoli) – Muito obrigado, Ismael, pela contribuição. Próximo orador, Luiz Carlos, Presidente do Sinesp. Não o vi aqui, mas vi a Norma, não sei se vai representar o Sinesp. Tem a palavra, Norma.

A SRA. NORMA LÚCIA ANDRADE DOS SANTOS – Boa tarde a todas e todos, cumprimento o Vereador Toninho, estendendo os cumprimentos a todos os colegas presentes e autoridades.

Sou Diretora Cultural do Sinesp e somos terminantemente contra a PEC 32. Achamos que esta discussão é extremamente pertinente e fundamental porque estamos num momento institucional onde não se discute a importância do serviço público e seu aperfeiçoamento. Não se discute isso, se discute simplesmente de forma persistente, seja no Governo Federal, Estadual e Municipal a questão do servidor como inimigo da sociedade, aquele que quer privilégios, que tem altos salários, colocando onde há uma minoria de altos salários como se fossem todos os servidores no âmbito nacional.

Essa PEC é terrível porque traz tantas coisas, mas também traz o enfraquecimento dos laços profissionais e do serviço prestado à população. Uma população que já é tão desigual e nesse momento de pandemia mostrou e aumentou essa desigualdade. Então há o Estado querendo tirar o serviço que os servidores públicos prestam para a sociedade, porque isso é um desmonte dos serviços públicos. É nefasta porque atinge o hoje e também atinge de forma muito perversa o amanhã, trazendo toda a desestruturação dos serviços prestados para a sociedade.

Em muitos momentos ouvimos muitos parlamentares e até pessoas da sociedade que dizem que só quem está reclamando dessa PEC são os servidores porque vão perder seus privilégios. Esse debate que estamos fazendo hoje, depois de todas as falas tão importantes, esse debate não é apenas sobre o servidor público, mas sobre a questão do serviço público essencial para o Brasil. Esse debate é sobre o Brasil que queremos hoje, que queremos amanhã. O Brasil que quero para os meus filhos, netos e para minha continuidade como de todos nós.

Então falar que esse debate se limita aos servidores públicos é terrível. E nós temos um grande desafio em relação a essa PEC, conversar com nossos colegas servidores para que possam entender os malefícios dessa PEC. Nós do Sinesp temos feito reuniões em

escolas para trazer esse debate conscientizando os nossos colegas. Depois, outro grande desafio é a conversa que tem de ser em conjunto, paralela com a sociedade para que possa entender que as perdas serão coletivas, porque o servidor também faz parte da sociedade e também usa os serviços públicos que o Estado tem de nos garantir.

Essa PEC é o mesmo que pegar a Constituição Cidadã e rasgar. Então temos um trabalho árduo enquanto entidades, sindicatos e parlamentares que são contra essa PEC, de fazer um trabalho árduo de conscientização com todos os servidores e com a sociedade.

Obrigada, Vereador Toninho, pela oportunidade. Estamos sempre à disposição para os debates.

O SR. PRESIDENTE (Professor Toninho Vespoli) – Obrigado, Norma, um abraço para todo o pessoal do Sinesp.

Próximo orador, Felipe Bazo Torres, representando a Sra. Durvalina Soares Silva, Presidente da Anis.

O SR. FELIPE BAZO TORRES – Bom dia a todos, primeiro agradecer a iniciativa dos Vereadores Toninho Vespoli e Faria de Sá pela audiência; o Fabio; a Maria Lucia e o Vladimir, fazer uma saudação a todos os nossos colegas das entidades presentes.

Em primeiro lugar, essa não é uma PEC qualquer, ou seja, não é uma contrarreforma qualquer, costumamos dizer que esse é mais um entre tantos ataques contra os servidores, só que na verdade, é o pior de todos. É o coroamento de toda a destruição que tem sido feita em relação aos servidores públicos e ao serviço público. Esse é o primeiro aspecto, mas não é só isso. Representa também um grande ferimento do próprio estado de direito.

Então, se formos levar em conta que não teremos mais estabilidade, mais concurso público e que no lugar disso teremos um Estado gerenciado pelos interesses econômicos e gerenciado também no seu interior por admitidos não pela via do concurso público, mas em cargos de liderança e assessoramento de cargos comissionados em provimento, não podemos ter somente uma reforma, o antigo clientelismo, na verdade, vamos promover a gestão do Estado e isso estamos vendo que nos dirige hoje, um grande banditismo político.

Quero aproveitar, embora muita gente não tenha entendido até agora e esse é um grande esforço que precisamos fazer com os nossos servidores, os nossos representados, que a PEC afeta todos imediatamente, inclusive, os servidores municipais. E não há absolutamente o que salvar dessa PEC, inclusive, há várias aberrações, vários absurdos que compõem essa proposta de mudança constitucional que parecem estar justamente para serem retirados, para que se salve o que é estratégico, fundamental ao interesse do capital financeiro, dos grandes interesses econômicos, que é justamente o fim do regime jurídico único. Então absolutamente, não temos o que salvar daí e qualquer estratégia corporativa no sentido da PEC é um grande desserviço que se faz ao serviço público e à população.

Quero, nesse minuto que falta, chamar a atenção só para um aspecto que trata de uma audiência municipal e dizer que, na verdade, o que conhecemos da gestão pública, do tratamento que o Poder Público Municipal tem conferido, principalmente nas últimas três décadas, aos servidores públicos já é o que a própria PEC 32 se avizinha, entretanto, com a perspectiva de tornar isso algo constitucional.

Então chamar a atenção, se um dos motivos para realizar essa reforma constitucional é financeiro, ele não existe mais porque, inclusive, a PEC 186 deu todos os instrumentos ao Estado para congelar os salários. Uma situação que nós já vivemos há, pelo menos, duas décadas de congelamento salarial. Hoje o gasto que se tem com a folha do funcionalismo municipal equivale a um terço da receita corrente líquida. Então naturalmente não temos um problema fiscal relacionado aos servidores municipais, enquanto o gasto que se tem com a terceirização é um gasto que sequer se conhece, temos seguidos relatórios do Tribunal de Contas Municipal, inclusive, dando conta de que não se tem controle deste gasto e este é um campo fértil à corrupção.

O segundo aspecto que eu queria mencionar diz respeito à qualificação. Diz-se que os servidores atuais não têm qualificação. Ora, é exatamente o contrário. Embora se receba pouco no Município de São Paulo os servidores são altamente qualificados, têm uma qualificação muito acima da média. O que se pretende é justamente fazer o contrário e já se

tem feito nesta Administração e em outras tantas que é aquilo que a PEC vai validar em termos constitucionais, ou seja, uma gestão que vai ser conduzida por cargo de liderança e assessoramento, imediatamente, os cargos fechados em carreiras vão deixar de existir. É a terceirização que já corre solta, e sabemos o quanto isso precariza o serviço público e o quanto é assediante da condição dos servidores por uma série de contratações que vão se dar por tempo determinado como a PEC prevê.

Estamos em uma situação em que a metade dos servidores já estão inativos, dois terços das nossas carreiras administrativas – aquelas que não estão na Educação – já estão inativas, só temos um terço desses servidores que já estão no final de carreira com remunerações profundamente degradadas e, daí, para destruir com a qualidade e continuidade do serviço público é um passo. A PEC 32 só vai convalidar isso no Município.

Então, não há a mínima possibilidade de a gente fazer qualquer concessão em relação a isso. Teremos que unir as nossas forças numa ação, uma mobilização inédita para impedir que isso tenha êxito no Congresso.

Agradeço a todos. Bom dia.

O SR. PRESIDENTE (Professor Toninho Vespoli) – Obrigado, Felipe. Agora, Marcos Geraldo Batistella, Presidente da Associação dos Procuradores do Município de São Paulo.

O SR. MARCOS GERALDO BATISTELA – Boa tarde, Vereador Toninho Vespoli.

Eu gostaria de agradecer à Comissão de Constituição e Justiça da Câmara Municipal por ter aberto este espaço para debate da PEC 32, especialmente, a V.Exa. que tem sido um parceiro constante das lutas do funcionalismo e da cidade de São Paulo e ao Vereador Arnaldo Faria de Sá que também é um grande conhecedor dos assuntos relacionados ao serviço público.

Gostaria de agradecer, também, aos participantes desta audiência pública e vou tentar ser breve e não repetitivo.

Quando falamos numa reforma administrativa, o que é intuitivo e que vem à mente

de todos seria a realização de uma reforma para melhoramento dos serviços prestados aos cidadãos. E o que nós vemos nessa PEC 32, nesse sentido, não é uma reforma administrativa porque ela não traz nenhuma providência, medida ou dispositivo que vá significar, de imediato, o melhoramento na prestação dos serviços públicos. Pelo contrário, como vários dos oradores que me antecederam falaram, ela se dedica a desmontar o regime jurídico da Constituição de 1988.

Eu queria pontuar alguns aspectos em que, na nossa visão, é particularmente nociva a mudança proposta na PEC 32: a primeira, é o retrocesso na profissionalização e na continuidade da prestação dos serviços públicos que vai ser engendrada pelas formas temporárias de contratação e, também, pelo vínculo de experiência que vai ser criado o que significa uma abertura para ingerência de natureza política nos concursos públicos e na seleção dos funcionários públicos futuros. O cargo de liderança, como vem sendo criado na proposta, também não apresenta nenhum tipo de demarcação, o que permitiria a sua extensão ilimitadas a imensas parcelas do serviço público, também em prejuízo da continuidade, e a retirada, praticamente geral, da estabilidade do funcionalismo público e das garantias contra as demissões imotivadas e perseguições de naturezas variadas também é um retrocesso sério, principalmente, se nós pensarmos que o conceito introduzido de carreira típica de Estado é absolutamente aberto e também seria aberto se ele fosse substituído por carreira exclusiva de Estado, como se pensa. Cargos típicos de Estado seriam, por natureza, apenas o Presidente da República, os seus Ministros, os Parlamentares e, eventualmente, alguns Juizes, porque nós vemos na história que, inclusive, as Forças Militares podem ser mercenárias, as Forças de Segurança podem ser privadas. Esse é o primeiro aspecto.

O segundo aspecto é que essa PEC 32 significa uma perda brutal de autonomia dos Estados e dos Municípios para organização dos seus quadros de pessoal, porque ela tem uma previsão no artigo 39 que todas as regras para contratação de servidores serão definidas numa Lei Complementar Federal que vai se sobrepor às leis dos Estados e dos Municípios.

Nós estaríamos, com a justificativa de simplificação, criando praticamente um

Estatuto Nacional e Federal dos Servidores Públicos que não necessariamente trarão as condições adequadas às necessidades dos prestadores de serviços que na organização administrativa do Brasil são os Municípios, principalmente, e, em alguns aspectos, os Estados.

Outro aspecto bastante problemático e perigoso da reforma administrativa é a diminuição das competências do Poder Legislativo. Ela, no artigo 84, atribui ao Chefe do Executivo praticamente todos os poderes relativos à definição dos cargos públicos e da organização administrativa. Um pouco mais a frente ela retira do Congresso Nacional a disposição sobre a organização dos Ministérios e a organização administrativa dos entes públicos. Mesmo tendo sido feita uma pequena alteração na Comissão de Constituição e Justiça, permanece em grande parte na PEC 32 e como ela se aplicará, também, aos Estados e Municípios, significará uma diminuição da possibilidade de a Câmara Municipal de São Paulo dispor sobre o andamento da Administração Pública do Município.

Vou concluir com um último ponto muito breve. Outro aspecto que me parece bastante fora do lugar da PEC é uma preocupação em facilitar a militarização da Administração Pública. Numa reforma administrativa de alguns artigos, em várias passagens se refere sobre a facilitação de ocupação de cargos civis por funcionários militares, o que me parece também borrar um pouco a separação que é feita na Constituição entre o regime civil e o regime militar.

Agradeço, Vereador Toninho Vespoli, e me desculpo por ter estourado o tempo.

O SR. PRESIDENTE (Professor Toninho Vespoli) – Obrigado, Marcos, pela contribuição.

Tem alguém representando a Amasp? (Pausa) Acho que não. Então, agora, a Márcia de Oliveira, Presidente da Aadam, Associação dos Administradores do Município.

A SRA. MÁRCIA DE OLIVEIRA – De novo, agora, boa tarde a todos. Vou falar na condição de Presidente da Associação dos Administradores do Município de São Paulo. Agradeço a oportunidade de estar falando nesta Casa sobre um tema tão importante, Vereador.

Mais uma vez: essa reforma não trata de uma reforma – como estudante da área

de gestão e de administração - administrativa, longe disso. Ela trata de uma reforma de Estado. Então, não compete falar sobre a questão de como se dá essa PEC. Ela está definindo qual Estado vamos ter: um Estado Mínimo, onde não existe prestação de serviço; temos mais de 5 mil Município e ela vai rebater em todos. Não vamos pensar em São Paulo porque não acredito que isso vá acontecer, mas se pensarmos em todas as formas de ingresso, como já foi colocado aqui, vamos criar um clientelismo local absurdo que – espero que isso não aconteça no Município de São Paulo, pela sua grandeza e porte; a diminuição do papel das Câmaras Municipais; a perda de equilíbrio entre os poderes também é uma questão muito séria; são questões relevantes na nossa forma de administrar as cidades.

Então, quando falamos em prestação de serviço público ao Município, que é onde acontecem esses serviços, vamos estar diminuindo a capacidade de entrega a quem de direito: ao Município, a quem devemos prestar serviços. Nós temos papéis de Estado e não de gestão, mas, mesmo pegando a questão de gestão, o Prefeito de São Paulo mandou no seu Plano de Metas uma carta falando o que ele quer. Ele espera que tenhamos uma cidade avançada, uma cidade criativa, uma cidade inclusiva e inovadora. Diante da fala do próprio Prefeito de São Paulo, para podermos garantir tudo isso, nós temos de ter servidores de qualidade, treinados com segurança, para poder fazer uma cidade inclusiva e criativa. Quem faz isso? Quem coloca essas palavras em prática, por meio das políticas públicas? Quem são? São os servidores. São servidores públicos concursados, treinados, impessoais, garantindo a entrega de serviços à população.

Então, repudiamos a PEC 32 na sua forma integral. Entendemos que São Paulo, por meio desta Casa, deve pressionar as suas bancadas, porque é nesta Casa que vão acontecer todos os pedidos dos serviços não entregues a partir do momento em que essa PEC for aprovada. Nós, da área que representa os administradores, os estatísticos e economistas, repudiamos a PEC 32 na sua forma integral. É dar um cheque em branco ao Governo Federal, ao Executivo, sem saber nada, porque é uma PEC em que tudo é aberto. Tudo pode ser feito à caneta de plantão da vez. Nós vamos estar sujeitos aos mandos e desmandos, sem querer

obedecer a regramento igual para todos. Nós vamos perder um dos princípios da Administração, que é a impessoalidade, e vamos cair na imoralidade que poderá acontecer nessa Administração.

Pedimos que esta Casa, a Câmara Municipal, por meio do conjunto de Vereadores, repense e coloque essa questão nos seus partidos, repudiando essa PEC, porque o que vai acontecer aqui é que seremos nós os que entregaremos os serviços públicos à população.

Agradeço, mais uma vez, ao Vereador Professor Toninho Vespoli, nosso parceiro e amigo, sempre apoiador dos servidores e, principalmente, mais do que dos servidores, do serviço público.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Professor Toninho Vespoli) – Obrigado, Sra. Márcia. Há alguém representando o Sedin?

O SR. EDUARDO KENNEDY PACÍFICO – Oi, estou aqui.

O SR. PRESIDENTE (Professor Toninho Vespoli) – Sr. Eduardo?

O SR. EDUARDO KENNEDY PACÍFICO – Isso. Exatamente.

O SR. PRESIDENTE (Professor Toninho Vespoli) – Fique à vontade, Sr. Eduardo.

O SR. EDUARDO KENNEDY PACÍFICO – Boa tarde a todos. Gostaria de agradecer a oportunidade ao Vereador Professor Toninho Vespoli, neste dia para podermos debater a PEC 32 dentro da Câmara Municipal de São Paulo. Os companheiros que vieram anteriormente já explanaram muito bem todos os pontos negativos dessa PEC – porque eu não vejo nenhum ponto positivo.

Gostaria de dizer que ser servidor público não é ser privilegiado. É lidar diariamente com a falta de recursos e o excesso de trabalho, tentando levar à população o melhor atendimento, dentro das possibilidades e da realidade em que estamos inseridos, em nossos locais de trabalho, haja vista os desdobramentos desta pandemia e o que os servidores da saúde tiveram de fazer dentro do SUS. Também vou falar pelos profissionais da educação. Nós

tivemos de, em poucas semanas, implantar um trabalho remoto para levar a educação para dentro das casas das crianças da cidade de São Paulo.

Essa PEC pode ser chamada de PEC das terceirizações, não só do serviço público, mas também das responsabilidades dos Governos Federal, Estadual e Municipal. Todos aqueles que apoiam a PEC querem se eximir das responsabilidades de oferecer um serviço público de qualidade ao nosso país, ao nosso estado e à nossa cidade, tornando o serviço público brasileiro o maior cabide político e o maior balcão de trocas do mundo. Teremos o retorno do coronelismo no país, com o aumento da corrupção e da troca de favores.

O dinheiro gasto no serviço público não é gasto. É investimento. É a devolução para a população do dinheiro dos impostos, dessa alta carga tributária que pagamos no nosso país. Servidor de carreira não entrega seu salário para padrinhos políticos e não participa de “rachadinha”. Não tem medo de denunciar crimes e irregularidades dentro do seu local de trabalho.

É uma vergonha termos a PEC tramitando no Congresso Nacional em um momento tão delicado do nosso país, com esta pandemia assolando e tirando a vida de mais de meio milhão de brasileiros. Não podemos medir esforços para barrar a PEC e não permitir que ela tramite no Congresso Nacional. O Governo quer se aproveitar, como bem disse o nosso colega, anteriormente, deste momento tão delicado para passar a boiada e o trator nos servidores públicos e no serviço público, também.

Não temos medo de luta. Não temos medo de lutar por um serviço público universal, gratuito e de qualidade para todos. Temos, mais uma vez, de lutar por nossos direitos, de lutar pela população da cidade de São Paulo, como nós fizemos na reforma trabalhista e na reforma da Previdência. Nós precisamos nos unir para evitar a entrega para o mercado e para a iniciativa privada do serviço público.

O problema da dívida pública não é o servidor, e sim os juros pagos ao mercado, o que diminui os recursos que são investidos dentro do serviço público oferecido. O Sedin não medirá esforços para mostrar para a população e para todos os servidores as mentiras e os

erros que a PEC 32 contém.

Eu gostaria de agradecer, novamente, a oportunidade e dizer que temos, sim, mais uma vez, de nos unir e ir até lá, até Brasília, para fazer corpo a corpo, nos manifestar e mostrar para eles que não vamos deixar essa PEC passar em branco. A boiada não vai passar, porque vamos fechar a cerca.

Um abraço e uma boa tarde a todos. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Professor Toninho Vespoli) – Obrigado, Sr. Eduardo. Há duas entidades das quais não estou vendo ninguém no *chat*, mas eu vou chamar. De repente, há alguém representando. Há alguém da Cobrapol? (Pausa) Sr. D’Amaro? Fique à vontade.

O SR. JOÃO D’AMARO – Sim. Boa tarde a todos. Parabéns pelo evento aos Vereadores Professor Toninho Vespoli e Faria de Sá.

Eu vou ser bem rápido, porque acho que foi tudo muito bem detalhado e há a posição dos servidores. Eu acho que nós precisamos, antes de tudo, valorizar o estado, entendendo a definição do que é o estado. O estado é um instrumento da nação, de estabilidade, de organização do serviço, de prestação de serviços à população, de defesa nacional. O principal instrumento de um estado são os seus servidores concursados, de carreira, para tocar esse estado dentro dos preceitos legais que só um servidor profissional sabe, tendo a experiência, ao longo dos anos, para preservar o estado. A função do estado também é preservar o patrimônio público da nação, do estado, do Município.

Então, nós temos de ter muito bem arraigado o que significa o estado. Aliás, toda essa estrutura de estado deveria ser uma cláusula pétrea da nação, como é nos países desenvolvidos – Inglaterra, França, Estados Unidos, Alemanha –, o que dá estabilidade, dá organização à nação e faz um país ser grande. O estado é uma coisa muito importante e suas carreiras públicas concursadas são instrumentos de operação do estado. Isso precisa ser divulgado à população. Não pode ser desprezado. Não podem privatizar o estado.

Estado é uma coisa. Governo é outra coisa. Quando você tem cargos em comissão de livre provimento, isso tem de ser do Governo, e não do estado. Por exemplo, a estabilidade

e a questão dos aposentados são critérios que têm de ser obedecidos para a preservação do estado e de suas carreiras profissionais. Nós temos o histórico de exemplos de destruição do estado. Ao longo dos anos, nós temos sempre combatido e defendido a questão do estado e a questão das carreiras públicas.

Por exemplo, defendemos desde 2010 a instituição de carreira de estado para os servidores profissionais. Hoje, tramita no Senado o PLC 13, de 2013. Combatemos a instituição da Lei Municipal 13.169/2001 que privatizou e tornou de livre provimento todos os cargos técnicos da área de infraestrutura urbana, desestruturando essas carreiras e desestruturando o Estado nesse setor. Isso foi um abuso, essa 13.169, que tornou tudo de livre provimento.

Outra coisa, a política do 0,01 também é uma destruição das carreiras públicas. E, agora, essa malfadada PEC-32 que vem coroar a privatização total das carreiras públicas do Estado, quando se deveria, primeiro, a estruturação dessas carreiras como carreira de Estado.

E sobre a bonificação. Quando você prejudica os aposentados, você está desestimulando o pessoal da ativa. Com essa bonificação de resultados, exclui os aposentados. Isso foi um aumento camuflado só para o pessoal da ativa, eu sou a favor da dar o aumento sim, mas não excluindo os aposentados, principalmente considerando-se o princípio da paridade. E, pior, você desestimula o pessoal da ativa que, ao saber que quando se aposentar, será prejudicado. Isso não pode acontecer.

E, por fim, esse negócio de tornar tudo como 'livre provimento' que vai dar eficiência para o Estado, para facilitar a aplicação econômica dos investidores, é tudo uma balela. O investidor quer uma segurança jurídica. E você só tem segurança jurídica no Estado quando o Estado é organizado; quando o investidor sabe quais são as questões legais do Estado e quem vai representar o Estado nas suas questões, tanto da Educação, quanto da Saúde, Infraestrutura Urbana, enfim, sabendo quais são as regras bem definidas. Isso depois muda tudo, só prestigia o governante de plantão na questão da privatização e cargos de livre provimento.

Eu acho que temos de discutir seriamente; entender o que é Estado; entender qual

é a importância das carreiras públicas profissionais; e isso tudo para o benefício da própria Nação, benefício dos próprios Estados e Municípios. É por isso que há uma certa desorganização no País, porque não é contemplado esses princípios de Estado. E isso é importante, não é partidário, nem nada. É um instrumento da Nação que temos de defender e a população tem de entender tudo isso.

Os Srs. Parlamentares que, tenho certeza, defendem a Nação e defendem a Cidade, defendem seus municípios, querem que o Estado seja bem organizado para, inclusive, a própria tranquilidade do governante. Na hora que um profissional de carreira está num cargo, o governante está tranquilo sabendo que ali tem uma pessoa ciente da legislação, ciente das suas funções e comprometido com o Estado, e não alguém que veio de fora e não sabe de nada e talvez até desconheça a administração pública. O governante vai ficar até desamparado. É isso também que precisa ser pensado.

Portanto, temos de discutir seriamente o que é bom para a Nação e o que é bom para a sociedade e para todos nós. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Professor Toninho Vespoli) – Obrigado, João. Alguém do FST – Fórum Sindical dos Trabalhadores? (Pausa)

O SR. ANTONIO CARLOS FERNANDES – Presidente, sou da Conacate, falei no início do evento e, embora representante do FST, o Fórum já está representado por conta disso, se não houve mais nenhum membro na sala.

O SR. PRESIDENTE (Professor Toninho Vespoli) – Certo. Alguém? (Pausa)

Então prossigamos. Chamo agora o Sr. Deodoro Antonio Vaz, da CESP. (Pausa) Deodoro se encontra? Aparece *on-line*, nos ouve? Enquanto verificamos a conexão dele, vamos para o próximo, o Sr. José Eduardo Rangel, da Fenale. Está no celular. Está nos escutando, Rangel? Acho que não, ele está entretido numa conversa ali. (Pausa) Vamos para os inscritos, então. As entidades todas já foram chamadas. O primeiro inscrito é o Sr. Cristian do Conselho Participativo Mooca, Renasce Brás.

O SR. CHRISTIAN SILVA MARTINS DE MELLO SZNICK – Boa tarde a todas as

Vereadoras, a todos os Vereadores, a todos os presentes.

Além de membro do Sineesp, mas vou falar enquanto Coordenador do Conselho Participativo Mooca. Fica muito claro aqui e muito bem colocado, aliás, agradeço a presença não só dos sindicalistas, mas do Fausto do Dieese, da Maria Lucia que expôs um material maravilhoso – estava lendo com mais tempo suas lâminas, clareza muito boa – e a parte prática é: serviço público de qualidade é algo que a população clama a todo momento. E a pandemia mostrou isso ainda mais: a necessidade no reforço que se tenha um serviço público cada vez mais próximo da população. Um serviço público que atenda a população com qualidade e qualidade se faz com um servidor bem preparado, formado, com plano de carreira para que não saia realmente da Prefeitura ou de qualquer órgão público, para que fique no serviço público atuando sempre junto à população, que ele tenha reais condições de trabalho e tenha instrumentos precisos para isso.

Enquanto Conselheiro Participativo dá perceber algo muito claramente: que o bom servidor público é aquilo que tem tudo isso que acabei de colocar. E a população reconhece. Aliás, a população quer isso mesmo: ser bem atendida. Só que da forma como está sendo colocado na PEC é um desmonte total e, sobretudo, em cima da população mais sofrida; sobretudo, desmonte no atendimento para a população mais periférica.

Fora que não existe isso: “Somente os mais pobres vão perder”, claro que não, todos vão perder, todos dependem do serviço público, desde aquele que vai a uma praça de atendimento da Subprefeitura para ver o seu IPTU; ver uma taxa; aquele que vai num serviço como o Poupatempo, ou no Detran. Vale lembrar que já tivemos vários desmontes nesses espaços.

E, voltando ao serviço municipal, ficou muito claro que a questão do SUS não é somente o SUS, é de toda uma estrutura existente. Nenhum plano de saúde atende como o SUS atende. Ali tem várias especialidades que as pessoas saem atendidas, ao contrário do convênio, que não tem e acaba mandando para o hospital público. Isso já é uma realidade.

Sabemos muito bem que uma PEC como essa é destrutiva. E precisa que todos

nós falemos, cada vez mais, com a população para apresentar a todos o serviço público como ele é. Na verdade, é um serviço que precisa, cada vez mais, ser melhor exposto, precisa ter mais servidores para atender à população, porque até a população tem aumentado mais. Por isso, o serviço precisa ser capilarizado e não desmontado. Essa é uma pauta que foi discutida no Conselho Participativo Mooca e, ali, se ressaltou a importância do bom serviço e dos bons servidores que são aqueles que olham a população como ela precisa ser olhada, dão atenção a cada problema e encaminham as situações.

Então, mais uma vez, parablenzo essa Casa na figura do Vereador Professor Toninho Vespoli, do Presidente da CCJ, os quais, sobretudo, trouxeram uma discussão madura, com pessoas altamente gabaritas e, especialmente, com informações precisas. E que a população possa rever essa audiência que vai somar à luta maior, da qual todos nós precisamos, qual seja: que essa PEC não seja votada.

— Não é essa a chamada 'reforma' que precisamos. Não é isso que precisamos. Muito obrigado. Boa tarde a todos.

O SR. PRESIDENTE (Professor Toninho Vespoli) – Obrigado, Cristian. Próximo é o Sr. Luis Levy, Procurador da Câmara Municipal de São Paulo. José Levy se encontra? (Pausa)

Próximo inscrito é a Sra. Mariana Maia de Oliveira. (Pausa)

Sra. Deborah Fazanelli. Está presente? (Pausa)

O SR. ASSESSOR – Sr. Presidente, o Sr. Rangel já está em condição de falar.

O SR. PRESIDENTE (Professor Toninho Vespoli) – Ok. Sr. Rangel, da Fenale. Então, o próximo é o Sr. José Eduardo Rangel, da Fenale. Fique à vontade Rangel.

O SR. JOSÉ EDUARDO RANGEL - Vereador Toninho Vespoli, os nossos agradecimentos pela iniciativa desta audiência pública, extensivos ao Vereador Arnaldo Faria de Sá.

Queríamos cumprimentá-los por terem trazido essa discussão dos malefícios da PEC 32. Desde o início desta audiência, nós já fomos absolutamente contemplados pelas

palavras de dirigentes, companheiros e entidades que se manifestaram, que fizeram uma análise acurada, detalhada, de tudo o que representa de mal essa PEC 32.

Nós já tínhamos sofrido com outras medidas do Governo que vieram para prejudicar tanto os servidores, quanto os trabalhadores da iniciativa privada; principalmente a população nas camadas mais vulneráveis, que sofrerá, com certeza, todos os malefícios dessa PEC.

Eu gostaria de fazer um apelo a cada um dos dirigentes das entidades presentes, de todas as centrais sindicais, de todas as federações, sindicatos e associações, porque nós precisamos levar essa mensagem à Base do Poder Legislativo, Vereadores, Deputados Estaduais e, principalmente, alertar os senhores parlamentares que votar essa PEC sem uma análise, uma avaliação, de todas as consequências, justamente neste momento em que o mundo e o Brasil atravessa uma pandemia, em que as pessoas estão preocupadas em se vacinar, estão preocupadas em receber um auxílio emergencial, em buscar empregos para sustentar suas famílias.

Não é momento de se discutir uma reforma. Aliás, nós entendemos que uma reforma deve vir para melhorar, e não para destruir a estrutura do serviço público, como essa PEC, que vai prejudicar muito a sociedade.

Normalmente, o Parlamentar tem uma preocupação muito grande com a eleição, mas nós precisamos alertá-los que votar essa PEC da reforma administrativa ocasionará uma reação muito forte da população. Por isso, é possível que os senhores estejam arriscando a eleição se votarem favoravelmente.

Portanto, o apelo que nós fazemos é que todas as entidades de representação dos servidores e dos trabalhadores da iniciativa privada procurem estar com seus representantes no Parlamento, alertando-os de que não é momento de votar essa PEC, principalmente pelas suas consequências.

A Federação dos Servidores do Poder Legislativo agradece a oportunidade e parabeniza a Câmara de Vereadores de São Paulo por essa iniciativa. Um grande abraço a

todos.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Professor Toninho Vespoli) - É muito importante o que a fala do Sr. Rangel, temos que impedir a votação deste projeto,

Mas, se for votado, com certeza os servidores públicos farão campanha massiva contra esses Vereadores que votaram a favor, como fizeram na Câmara Municipal na época em que se votou o Sampaprev. O *slogan* criado dizia que quem votasse a favor do projeto não voltaria, e vários deles realmente não votaram.

Então, é muito importante criar um *slogan* dizendo que quem votar a favor da Reforma Administrativa não volta para o Congresso.

Tem a palavra a próxima oradora, Sra. Viviane Lopes Pinto. (Pausa) Ausente. A próxima oradora é a Sra. Gislaíne dos Santos Ferreira Gomes. (Pausa) Ausente. O próximo orador se inscreveu pelo *chat*, mas não sei se está presente: Sr. Deodoro Antonio Vaz. (Pausa) Ausente. Próximo orador, Sr. Vitor da Costa. (Pausa) Ausente. Próximo orador, Sr. Gaspar Bissolotti Neto, Presidente da Associação e Sindicato dos Servidores Aposentados e Pensionistas da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo - Aspal e Sindap.

- Falha no áudio.

O SR. GASPAR BISSOLOTTI NETO - Vereador Toninho Vespoli, quero cumprimentar meus colegas de funcionalismo que estão nessa briga, Srs. Rangel, da Fenale; Antônio Carlos, da Conacate; agradecer ao sempre Deputado, Vereador Arnaldo Faria de Sá, por tudo que tem feito pelos servidores e pelos trabalhadores em geral; ao Deputado Paulo Teixeira, ao Deputado Ivan Valente, essa turma que está sempre na briga conosco, Sonia Alves minha amiga e da pública o Goz da pública que esteve aqui e todos os demais sindicalistas e dirigentes de entidades em geral; a Sra. Sônia Maria Corrêa Alves, minha amiga de vida pública, e todos os demais sindicalistas e dirigentes de entidades em geral.

O meu recado é para os aposentados que acham que não vão entrar nessa e que vão se estrepas – me desculpe a palavra – com essa reforma administrativa; pois, com o fim

das carreiras, com o fim do Regime Jurídico Único, adeus à paridade salarial a ativos e inativos, nós estaremos em uma situação muito ruim daqui para frente.

Se hoje já não temos reajustes, não temos aumento, imaginem no futuro: eles vão conseguir fazer com que nós estejamos abaixo do teto do INSS, todos os aposentados, ninguém vai se safar; e, se bobear, vamos chegar ao salário-mínimo.

Portanto, deixe esse recado contra a PEC da “rachadinha”, ou “o marco regulamentário da corrupção”, como o Sr. Antônio Carlos gosta de dizer, tendo vista que desde o seu início o pau tá comendo solto.

Eu quero também aproveitar a oportunidade para parabenizar todas as entidades, sindicatos, federações que estão fazendo um excelente trabalho filantrópico. Neste momento tão difícil em que o próprio Governo tem dificuldades, ou não quer ajudar as famílias, o pessoal está arregaçando as mangas e trabalhando em prol dos necessitados.

Sei que o Sindilex, da Câmara, assim como as várias entidades da Assembleia Legislativa de São Paulo, estão com seus associados ajudando as entidades beneficentes, mostrando que o servidor público realmente serve a sociedade. Não é só o que eles dizem, não, achando que somos parasitas, como diz o Sr. Guedes, ou querem jogar a granada no nosso bolso.

Muito obrigado, Vereador. Vamos em frente para derrubar. Tem de derrubar essa PEC 32, essa reforma administrativa, que é, na verdade, como disseram, uma deforma.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Professor Toninho Vespoli) – Eu acho que já chamei todos e todas. Caso algum inscrito não tenha sido chamado, peço para se pronunciar agora.

Nós, da cidade de São Paulo, estamos com o fórum municipal. Não é bem esse nome, porque a gente não deu o nome certo, mas há vários Parlamentares e entidades se reunindo virtualmente, tirando ações contra essa PEC.

Vou deixar o *chat* o telefone de contato. Se alguma entidade quiser participar e não está na discussão coletiva, creio que juntos poderemos ser mais fortes e tirar ações que podem

verbalizar mais para a sociedade. Vou deixar no *chat* o contato.

Creio que foi bastante proveitosa a audiência pública, conseguimos fazer várias interlocuções. A Fattorelli mostrou como a dívida pública está inteiramente ligada à reforma, como também vimos a questão da Previdência Social totalmente ligada à discussão da PEC.

Penso que foram debatidas alternativas de luta importantes para nos balizarmos e nos organizarmos.

Vamos terminar a audiência pública, porque já estamos debatendo, praticamente, há mais de três horas.

Creio que os debates vão ficar, principalmente, como material para que possamos utilizá-los nas redes sociais, desde a audiência completa, mas também postar trechos da audiência para transformar em instrumento de informação para a sociedade.

Creio que cumprimos a nossa tarefa de hoje. Quero parabenizá-los pela luta, pois só a unificação desses vários setores e entidades que nos farão ganhar.

Nós sabemos da dificuldade que é a correlação de forças no Congresso e do governo genocida que temos. Esse pessoal está preocupado em atender interesses particulares de poucos setores da sociedade, mas a maioria que vocês representam, com certeza, vai se manifestar e não vamos deixar passar esse projeto de jeito nenhum.

Como já foi falado, se a gente conseguir levar essa discussão até o final do ano, por pressão popular, vai ser muito difícil, o pessoal que vai querer concorrer a uma reeleição, votar em um projeto não só contra os servidores públicos, mas como foi dito, contra o povo brasileiro.

Os nossos esforços têm de ir por aí.

Pediram para eu falar em voz alta o celular para quem quiser entrar em contato: 11 96151-4084, que a gente coloca em contato com o grupo que está fazendo a discussão sobre a reforma administrativa, aqui na cidade de São Paulo.

Um abraço a todos e a todas.

Nada mais havendo a declarar, encerro esta audiência pública.

Novamente, parabéns para vocês. Um grande abraço.
